



**UFES – UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS – LARANJEIRAS DO SUL
CURSO: INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS - LICENCIATURA**

ANA PAULA DE SOUZA CEZAR

**A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NA CONSTRUÇÃO DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA**

LARANJEIRAS DO SUL

2018

ANA PAULA DE SOUZA CEZAR

**A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NA CONSTRUÇÃO DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção de título de licenciado.

Orientador: Prof. M Ana Cristina Hammel.

LARANJEIRAS DO SUL

2018

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Cezar, Ana Paula de Souza
A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NA CONSTRUÇÃO DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA/
Ana Paula de Souza Cezar. -- 2018.
67 f.

Orientadora: Ana Cristina Hammel.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
interdisciplinar em educação do campo: ciências sociais
e humanas - licenciatura , Laranjeiras do Sul, PR,
2018.

1. Auto-organização dos estudantes e gestão escolar
democrática.. I. Hammel, Ana Cristina, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



ANA PAULA DE SOUZA CEZAR

**A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NA CONSTRUÇÃO DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA VALMIR MOTTA DE
OLIVEIRA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul.

Orientador: Prof. Ma. Ana C. Hammel

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

19 / 06 / 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Ma. Ana C. Hammel

Prof. Dr. Dr. Alex Verdério

Prof.ª Mª. Jaqueline Bueno Dávila

Dedico este trabalho aos meus pais Ozeias Cezar e Jacira Magalhães de Souza, e aos trabalhadores que lutam incansavelmente em busca de uma sociedade justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Jacira e Ozeias, que dedicaram uma vida de luta e ensinaram seus filhos a lutar, por toda dedicação que tiveram comigo, sempre acreditando em minha capacidade, me dando ânimo para concluir esta etapa da minha vida, minha eterna gratidão mãe e pai.

Agradeço os meus irmãos por me ajudarem e me deram forças pra chegar até aqui, Sidnei, Claudinei, Leandro e Ana Cláudia, gratidão por todo o carinho que me proporcionam.

Agradeço também ao coletivo de educadores da Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira que contribuíram significativamente para a minha formação. Meus sinceros agradecimentos a Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira e aos educandos, por oportunizar esta pesquisa.

Meus agradecimentos a comunidade do Acampamento Valmir Motta de Oliveira e a do Assentamento Companheiro Keno.

Agradeço a minha amiga Karina pelo companheirismo e forças depositadas a mim para a conclusão deste trabalho, igualmente meus agradecimentos ao Vinicius, gratidão por todo o carinho durante este percurso. Agradeço ao meu companheiro Elias, que possibilitou momentos de reflexões na conclusão deste trabalho.

Por fim agradeço a banca avaliadora Alex Verdério e Jaqueline Bueno d' Avila pelas considerações pertinentes a esta pesquisa, e em especial meu agradecimento a minha orientadora Ana Cristina Hammel por me orientar na construção desta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho retrata como ocorre o processo de auto-organização dos estudantes na Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira, portanto, temos como objetivos compreender como essa auto-organização contribui e influencia para que a gestão escolar seja democrática, conceituar a auto-organização dos estudantes, bem como a gestão escolar democrática e sistematizar o processo e as experiências de auto-organização dos estudantes na Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira. Afim de adentrar em tais questões, a pesquisa está organizada em três capítulos, no primeiro buscamos analisar como é a escola na sociedade capitalista e qual o contraponto da educação no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizando um resgate histórico da educação neste movimento, tendo em vista a concepção de educação por ele defendida e a proposta pedagógica das Escolas Itinerantes, assim retratamos como se deu a conquista da Escola Itinerante nos acampamentos do MST e como atualmente está organizada. No segundo capítulo conceituamos a auto-organização e a gestão escolar democrática, relacionando as mesmas, estas considerações se deu mediante a revisão bibliográfica, por fim realizamos um estudo de caso, analisando como ela ocorre na escola citada acima, buscando verificar qual o potencial da mesma em sua gestão escolar a partir de entrevistas com os educandos, educadores e comunidade, as entrevistas ocorreram hora individuais e hora coletivas, apresentando a visão desses sujeitos na auto-organização e na gestão escolar, enfatizando deste modo quais os momentos perceptíveis de democratização da gestão e auto-organização dos estudantes. A pesquisa sinalizou algumas problemáticas presentes no que se refere ao tema estudando, ficando visível a necessidade de potencializar este espaço na escola afim de garantir maior democratização da gestão no âmbito escolar.

Palavras-chaves: Auto-organização. Gestão escolar democrática. Escola Itinerante. Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira.

RESUMEN

El presente trabajo retrata cómo ocurre el proceso de autoorganización de los estudiantes en la Escuela Itinerante Valmir Motta de Oliveira, por lo tanto, tenemos como objetivos comprender cómo esa auto-organización contribuye e influye para que la gestión escolar sea democrática, conceptualizar la autoorganización de los auto-estudiantes, así como la gestión escolar democrática y sistematizar el proceso y las experiencias de auto-organización de los estudiantes en la Escuela Itinerante Valmir Motta de Oliveira. En el primer buscamos analizar cómo es la escuela en la sociedad capitalista y cuál es el contrapunto de la educación en el ámbito del Movimiento de los trabajadores Rurales Sin Tierra, realizando un rescate histórico de la educación en este movimiento, teniendo en vista la concepción de educación por él defendida y la propuesta pedagógica de las Escuelas Itinerantes, así retratamos cómo se dio la conquista de la Escuela Itinerante en los campamentos del MST y como actualmente está organizada. En el segundo capítulo conceptualizamos la autoorganización y la gestión escolar democrática, relacionando las mismas, estas consideraciones se dio mediante la revisión bibliográfica, por fin realizamos un estudio de caso, analizando cómo ocurre en la escuela citada arriba, buscando verificar cuál el potencial de la misma en su gestión escolar a partir de entrevistas con los educandos, educadores y comunidad, las entrevistas ocurrieron hora individual y hora colectiva, presentando la visión de esos sujetos en la autoorganización y en la gestión escolar, enfatizando de este modo cuáles los momentos perceptibles de democratización de la gestión y auto-organización de los estudiantes. La investigación ha señalado algunas problemáticas presentes en lo que se refiere al tema estudiando, quedando visible la necesidad de potenciar este espacio en la escuela a fin de garantizar una mayor democratización de la gestión en el ámbito escolar.

Palabras claves: Auto-organización. Gestión escolar democrática. Escuela Itinerante. La Escuela Itinerante Valmir Motta de Oliveira.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Esquema da proposta da unidade Complexo | 33 |
| Figura 2 – Esquema da proposta de auto-organização dos estudantes na organização política da escola..... | 34 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – Escolas Itinerantes do Paraná..... | 26 |
| Quadro 2 – Organização dos Ciclos de Formação humana | 31 |
| Quadro 3 – Atividades dos NS..... | 54 |
| Quadro 4 – Núcleos Setoriais e sua relação com o conhecimento..... | 55 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------|-----------------------------------------------------|
| CCP | Conselho de Classe Participativo |
| CFH | Ciclo de Formação Humana |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| NS | Núcleo Setorial |
| PDA | Plano de Desenvolvimento do Assentamento |
| PPP | Projeto Político Pedagógico |
| PSS | Processo de Seleção Simplificado |
| QPM | Quadro Próprio de Magistério |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 | A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA NO MST..... | 16 |
| 2.1 | O PAPEL DA ESCOLA PARA MST EM CONTRAPONTO A ESCOLA CAPITALISTA..... | 16 |
| 2.2 | A ESCOLA ITINERANTE..... | 24 |
| 2.3 | A ORGANIZAÇÃO DO PPP DAS ESCOLAS ITINERANTES E OS COMPLEXOS DE ESTUDO..... | 30 |
| 3 | A AUTO-ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA..... | 36 |
| 3.1 | A RELAÇÃO ENTRE A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES E A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA..... | 36 |
| 3.2 | A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA..... | 38 |
| 3.3 | A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES..... | 42 |
| 4 | A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NA ESCOLA ITINERANTE VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA..... | 47 |
| 4.1 | A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA ITINERANTE VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA | 47 |
| 4.2 | A CONTRIBUIÇÃO DA AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NA GESTÃO DA ESCOLA..... | 51 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 62 |
| | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 65 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa como ocorre a auto-organização dos estudantes como potencial para uma escola cuja gestão escolar seja democrática. Para tanto, parte das experiências de educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mais especificamente com foco nos processos que ocorrem na Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira. Vale ressaltar que a concepção de educação defendida por este movimento social contrapõe a concepção de educação consolidada no capitalismo, e compõe uma questão que será analisada ao longo deste trabalho.

A escola do MST é pensada de modo a inserir os estudantes na luta, sendo que isso acontece com o protagonismo dos próprios estudantes, pois a escola tem como objetivo formar os sujeitos em todas as dimensões, com capacidade para incidir nos processos de luta e de formação de um novo sujeito social, daí a necessidade de observar como se dá este processo em uma Escola Itinerante¹.

Compreendendo que uma escola deve ser pautada e pensada com todos os sujeitos que dela participam, para assim construírem uma educação transformadora, baseada nos princípios do MST, colocando o educando como ser social capaz de transformar sua realidade. Esta pesquisa teve como objetivo compreender como a auto-organização dos estudantes influencia na construção da gestão escolar democrática.

O problema de pesquisa ao qual nos propomos é analisar auto-organização, tendo como objeto de pesquisa a experiência da escola supracitada, que se localiza no Acampamento Valmir Motta de Oliveira, município de Jacarezinho, região Norte Pioneiro do Paraná. Vale ressaltar que temos em vista que essa organização se dá também nas demais Escolas Itinerantes do estado Paraná, temática que será abordado na sistematização dos capítulos.

É importante ressaltar que atualmente as Escolas Itinerantes tem sua prática pedagógica organizada em Ciclos de formação Humana (CFH) com Complexos de Estudo, trazendo presente como ferramenta pedagógica a auto-organização dos estudantes como um dos fatores que contribui na formação humana dos sujeitos e na construção de uma escola onde todos participem ativamente, valorizando assim a gestão escolar democrática.

Portanto, no decorrer desta pesquisa buscou-se conceituar a auto-organização dos estudantes, pensando na linha de autores da Pedagogia Socialista (Luiz Carlos de Freitas, Moisey Mikhaylovich Pistrak e Vyctor N. Shulgin) e da Pedagogia do MST (Roseli Salete Caldart e MST), bem como trazer elementos da Pedagogia do Oprimido (Paulo Freire), do

¹ No primeiro capítulo adentraremos em questões referentes a Escola Itinerante.

mesmo modo irei conceituar a gestão democrática (Angelo Ricardo de Souza e Fernando José Martins) pensada a partir da escola que temos atualmente e como isso ocorre na Educação do Campo, que se coloca numa perspectiva de educação contra hegemônica.

Como já mencionado acima a pesquisa se delimitou na experiência de uma Escola Itinerante, que funciona desde 2008, atende os educandos desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. Essa escola se organiza em seu tempo pedagógico por Ciclos de Formação Humana e uma das práticas para solidificar a auto-organização dos educandos são os Núcleos Setoriais.

Os Núcleos Setoriais são formados por educandos de diferentes turmas, entendido como uma instância, que permite aos estudantes organizar-se e tomar decisões, tendo em vista que cada núcleo tem uma determinada função no fazer da escola. Esta também será uma questão abordada neste trabalho, buscando responder quais são as instâncias desta organização e quem são os envolvidos que participam e se encontram nesta organização política?

Pois bem, mas de fato o que é a auto-organização? Como construir? Qual o seu papel na construção da escola? Qual a sua contribuição na gestão escolar? Qual a sua contribuição na luta de classes? Ela por si só é transformadora? Tais questões não tem o objetivo de serem respondidas de modo exato, mas de refletir acerca desse tema, de pensar como isso se consolida, analisando os resultados, se eles cumprem o papel, se é libertador para os estudantes, refletindo como se aborda o papel do jovem, do adolescente e da criança neste modelo de construir a escola.

É neste viés de pensamento, que a pesquisa se delimitará, tendo como propósito analisar como a auto-organização se torna um potencial de uma escola que tem em seus princípios a gestão escolar baseada na gestão coletiva. Para chegar a indicações mais coerentes e concretas se faz necessário ter em vista a qual democracia nos deteremos nesta pesquisa, pois é sabido que uma democracia burguesa é uma democracia incompleta do ponto de vista da emancipação humana, portanto, nesta linha os pilares de auto-organização dos estudantes também acontecerão de modo representativo.

Este tema traz uma inquietação, pois, trabalho neste espaço e vivencio como os educandos participam da organização escolar, ajudando a decidir, a construir e resolver as questões pautadas pela mesma, uma vez que a proposta da escola compreende que ele é parte fundamental neste processo. Como educadora entendo que os educandos não são meros receptores de conteúdos e que a educação escolar precisa se dar por meio de uma troca de saberes, tais trocas ocorrem diferente do que é costumeiro ver nas escolas convencionais.

Outro fator que leva a estudar sobre este tema refere-se processo de luta e formação, faço parte do MST desde os 7 anos de idade, a inserção no ensino escolar foi todo na Escola Itinerante, exceto o primeiro dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Neste sentido, sempre estive envolvida na luta, acompanhada por minha família e também pela a escola. São muitas as vezes que lembro que quando criança participava de mobilizações, encontros e formações.

Lembro também de estudar com uma turma bastante ativa, a qual tinha uma grande capacidade de auto-organização, criávamos autonomamente teatros e místicas para apresentar em atividades fora da escola. Em Jacarezinho continuei se envolvendo nas atividades juntamente com outros educandos, nos organizando e mobilizando frente as situações do cotidiano. Ao ingressar no Ensino Médio fui convidada a ser educadora voluntária na escola a qual hoje é meu objeto de pesquisa, tal inserção permitiu uma compreensão maior dos processos da organização, o quanto gestão escolar estava presente e como fui me compreendendo como ser social ativo na comunidade.

Tal como nesta experiência pessoal, o educando vai se apropriando dos conhecimentos e compreendendo que como ser social ele pode contribuir na construção de uma nova realidade, seja na escola, seja em sua comunidade. No processo de auto-organização se tornam sujeitos da própria história. O intuito da pesquisa é mostrar como a auto-organização pode ou não contribuir na gestão escolar e na comunidade, e, para além disso se é possível o educando fazer intervenções na escola e como este perceberá que também pode agir na sociedade.

A auto-organização é entendida por Pistrak como uma necessidade, sendo ela um trabalho sério e que gera responsabilidades. “Deve ser uma necessidade, uma ocupação séria das crianças, encarregadas de uma responsabilidade sentida e compreendida. A autonomia escolar só se pode basear num trabalho sério e que implica responsabilidades” (PISTRAK, 2005, p. 196-197).

Freitas aborda que ao praticar a auto-organização os educandos são responsáveis pela vida da escola, porém, o educador tem papel fundamental neste processo, pois eles devem acompanhar atentamente os educandos, não com o intuito de ser a liderança, mas para garantir que os mesmos aprendam a produzir e conduzir a vida escolar. “A vida escolar é colocada nas mãos dos estudantes sob o acompanhamento atento dos educadores. Eles aprendem a produzir a vida escolar e a auto-organizar-se para conduzi-la.” (FREITAS, 2010, p. 98).

É preciso ter em vista que a auto-organização necessita também ser um trabalho pedagógico e não deve estar desvinculado com a vida e com a realidade do estudante, bem como necessita fazer relação com os conhecimentos científicos. Portanto, a auto-organização

não deve ser algo separado do princípio pedagógico da instituição escolar e de uma gestão escolar pautada na democracia.

Neste sentido, podemos notar que a auto-organização dos educandos pode ser um meio para efetivar a gestão democrática na escola, pois estes educandos assumirão também o papel de gestor educacional, ou seja, poderá contribuir nos processos políticos escolares, tendo a democracia como um princípio norteador desta forma de organização escolar.

Esta pesquisa problematizou a importância da ação dos educandos, questionando até que ponto eles se percebem como parte dela, bem como as implicações na vida destes sujeitos, e como isso contribui para uma gestão escolar democrática.

Para elencar as questões suscitadas acima o trabalho estará organizado em três capítulos. No primeiro recuperamos a história da escola no MST, enquanto produção de um espaço de formação humana, e de transformação social, para isso realizamos uma revisão bibliográfica, partindo dos materiais produzidos pelo MST e por pesquisadores que estiveram inseridos na prática de educação deste Movimento Social.

No segundo capítulo discutimos o papel da gestão democrática para a consolidação da escola que interessa ao MST, como ele avança na democracia a partir de instrumentos concretos de exercício de participação e de tomada de decisão em todas as instâncias escolar, para optamos por um levantamento bibliográficos, em torno principalmente da Pedagogia Socialista.

E por fim no terceiro capítulo fazemos um estudo de caso a partir da realidade da Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira, para verificar *in loco*, os avanços, limites e as contradições que surgem deste processo, procurando indicar as possibilidades de ações dos estudantes na escola desde a mais tenra idade.

Deste modo realizamos entrevistas com os educandos, educadores e a comunidade, com os educandos do Ensino Médio, educadores e a comunidade as entrevistas foram realizadas individualmente, sendo com um educando por turma, dois educadores e um membro da comunidade, com os educandos do Ensino Fundamental foram feitas coletivamente, sendo divididos os educandos por Ciclos, 1º e 2º ciclo (1º, 2º 3º 4º e 5º ano) e 2º e 3º ciclo (6º, 7º, 8º e 9º ano).

Como resultado da pesquisa apontamos que a auto-organização ocorre na escola ainda de modo tímido, tendo uma necessidade de potencializar este momento democratizando a gestão escolar a partir da autonomia dos estudantes, consideramos também que o Conselho de Classe Participativo (CCP) democratiza a gestão escolar.

2 A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA NO MST

Neste capítulo, realizamos uma abordagem histórica da educação escolar, como a escola se consolidou no capitalismo. Trazemos a concepção de educação defendida pelo MST e qual o seu contraponto ao modelo escolar da sociedade capitalista, em consonância com essa concepção, realizamos um resgate histórico da Escola Itinerante, qual a sua proposta pedagógica e como se organiza atualmente, tendo em vista a importância da auto-organização para essa escola e de uma organização pautada numa gestão democrática.

A metodologia utilizada neste capítulo foi a revisão bibliográfica, salientamos a importância deste capítulo, pois ele dará subsídios para compreendermos a importância e a necessidade do tema de pesquisa abordado. É necessário compreendermos como se consolidou a escola na sociedade capitalista, qual o contraponto da escola no MST e como ela se consolidou, tendo como princípio pedagógico a auto-organização e a gestão democrática.

2.1 O PAPEL DA ESCOLA PARA MST EM CONTRAPONTO A ESCOLA CAPITALISTA

O MST surgiu em 1984, tem a Luta pela terra, Luta pela Reforma Agrária e a Luta pela transformação social como os três objetivos centrais. Em suas três décadas de luta o Movimento muito conquistou, no que se refere a luta da classe trabalhadora, muitas dessas conquistas foram no âmbito da educação. O MST a partir de suas experiências produziu uma própria pedagogia, a Pedagogia do Movimento Sem Terra (CALDART, 2004).

O MST apresenta para além da luta pela terra, a luta pela educação. Neste sentido, a proposta de educação que ele defende visa a transformação da realidade, seja do acampamento ou assentamento, expandindo para a sociedade em geral. E o processo de educação que queira transformar a realidade necessariamente precisa ser democrática e isso requer a participação de todos, mas principalmente dos estudantes.

Esta escola está em contraposição à escola consolidada no capitalismo, fase atual de organização da sociedade. Gilberto Luiz Alves (2006) afirma que a escola pública é fruto de uma necessidade social, porém, como o autor destaca este fato não é suficiente para a plenitude de sua realização. O surgimento da escola é decorrente da Revolução Industrial, o que posteriormente leva a consequência da objetivação e simplificação do trabalho, acarretando a divisão do trabalho imposto a partir da utilização de máquinas.

Alves (2006) coloca que “por força da simplificação do trabalho, ocorreu a incorporação maciça de mulheres e crianças à produção.” (p. 137). Ou seja, o capitalismo percebe que não precisa somente da força de trabalho masculina, isso ocasionou o aumento da produtividade.

Os trabalhadores então se organizaram e reagiram frente a superexploração, em paralelo as lutas, cresce a intensidade das disputas internas da burguesia. Fruto da luta dos trabalhadores, no século XIX é consolidado na Inglaterra a legislação social, a partir desta legislação os trabalhadores conquistaram alguns direitos. Um exemplo de beneficiário são as crianças, pois, houve uma redução do trabalho infantil, tal questão suscitou a saída da criança do meio fabril para o ambiente escolar que propunha-se a atender além dos filhos dos burgueses, os filhos dos operários.

Essa tendência amadureceu no interior do último terço do século XIX. Nesse lapso, as transformações materiais apontadas apresentaram perfeita consonância com as medidas que, a partir de 1870, se estenderam a todos os países mais avançados, visando a constituição dos sistemas nacionais de educação e a universalização dos serviços escolares. Foi nesse instante que ganhou novo vigor a proposta burguesa clássica de escola pública, universal, laica, obrigatória e gratuita, mas, então, segundo uma formulação que lhe foi dada pelo escolanovismo. (ALVES, 2006, p. 140).

Afim de garantir a reprodução do capitalismo, de acordo com Alves (2006) o capital passa a criar mecanismos e começa a burlar a legislação social inglesa. Segundo Alves (2006), alguns pedagogos como Pestalozzi, Filangieri, Basedow e Herbart após reconhecerem a presença de diferentes classes sociais justificam a necessidade da dualidade do ensino escolar, conforme nota-se na citação abaixo.

Esses pedagogos, depois de terem reconhecidos a existência das classes sociais, justificaram a criação de dois tipos de escolas que refletiam e reforçavam, ao mesmo tempo, a estratificação social: uma para os filhos dos trabalhadores, de caráter profissionalizante, e outra para os filhos dos dirigentes da sociedade, fundadas nas artes liberais e nas ciências modernas. (ALVES, 2006, p. 142).

Mas, conforme se deu o avanço do desenvolvimento do capitalismo esse modelo de educação no final do século XIX se caracterizava como arcaico, devido à simplificação do trabalho mediante o avanço tecnológico. Porém, o trabalhador continuava sendo indispensável ao capital, uma vez que esta simplificação resulta em maior produtividade

Além dos fatores mencionados acima, Gilberto Luiz Alves traz presente a especialização profissionalizante, bem como a forma que é explorada pelo capitalismo, pois tal exploração tem por finalidade desvalorizar a força de trabalho, o que viabiliza “a reprodução das relações de produção” (ALVES, 2006, p. 149) impostas pelo sistema capitalista, tendo em vista que a simplificação do trabalho não seria uma problemática se a dominação do capital fosse destruída, no entanto,

[...] por manter a apropriação privada da riqueza, por impedir a redução da jornada de trabalho, por intensificar o ritmo da produção e desempregar parte dos operários quando incorpora inovações tecnológicas, é a exploração capitalista que inviabiliza aos trabalhadores a possibilidade de acesso aos meios de satisfação das necessidades humanas ligadas às práticas do lazer e das atividades esportivas e culturais, inclusive à educação. (ALVES, 2006, p. 148)

Mesmo neste modelo de escola, a partir da luta dos trabalhadores encontramos formas de gestão escolar democrática. Como e o que se entende por democracia neste caso é uma questão a ser analisada, uma vez que não há a aplicabilidade da democracia em muito desses espaços. Ou pelo menos, não da democracia que interessa aos trabalhadores, voltaremos nesta temática nos próximos capítulos. A princípio cabe dizer que concordamos com Souza (2009), quando escreve “A instituição de conselhos de escola, eleições para dirigentes escolares ou outros mecanismos tidos como de gestão democrática que atuam a partir da regra da maioria, per si, portanto, não representam a essência da democracia.” (SOUZA, p.125)

Como forma de organização estudantil a escola pública vem consolidando os chamados Grêmios Estudantis. Porém, na maioria das vezes, a atuação dessa forma organizativa é mais uma figura representativa do que necessariamente ativa de todos os educandos, no capítulo seguinte abordamos mais detalhadamente sobre essa questão.

A relação da escola com o trabalho para o MST deve ocorrer de modo distinto da escola consolidada no capitalismo, uma vez que a escola não é a mera preparação para o trabalho, ou para a sociedade do não trabalho. Na proposta da escola do MST o trabalho é entendido como emancipador, ao contrário do capitalismo que transformou o trabalho como um meio de exploração, simplificando-o a partir da Revolução Industrial, separando o trabalho manual do intelectual, trazendo para o âmbito educacional um ensino profissionalizante. Esse fato contribui para a alienação da classe trabalhadora.

A escola no MST pensa o trabalho numa outra perspectiva, defende que o ser humano se constitui a partir do trabalho. Segundo Caldart (2015), o trabalho é considerado fundamental na transformação da realidade. Nessa perspectiva, a relação entre escola e trabalho contribuem na emancipação humana, no entanto não trata do trabalho como maneira de garantir mão de obra para o mercado. Coloca-se no sentido de potencializar as dimensões formativas do trabalho, sendo que essa relação é considerada o “desafio central na direção de uma transformação mais radical da escola que assuma sua tarefa formativa das novas gerações dos trabalhadores”. (CALDART, 2015, p. 54).

A escola para o MST, como já mencionado acima não tem como objetivo formar mão de obra, mas formar sujeitos capazes de construir uma sociedade justa e igualitária. Deste modo, João Pedro Stedile e Bernardo Mançano Fernandes (1999) afirmam na obra “Brava Gente: a

trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil” a importância da educação na luta do MST, abordando que a educação é tão importante quanto a ocupação de um latifúndio. “A frente de batalha da educação é tão importante quanto a da ocupação de um latifúndio ou a de massas. A nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital.” (STEDILE; MANÇANO, 1999, p. 74).

Conforme notamos nas palavras de Stedile (1999), a educação tem papel fundamental na luta e conseqüentemente na Reforma Agrária, uma vez que não basta a distribuição de terra por si só, pois nos espaços de luta do MST precisa de educador, médico, veterinário, agrônomos, etc.

Os autores reforçam ainda o que consiste a ideia de derrubar a cerca da ignorância, sendo que não se refere somente a alfabetização, mas que o desenvolvimento da sociedade e da formação humana depende da democratização do conhecimento. “[...] não no sentido apenas de alfabetizar pessoas, o que é simples, mas no sentido de democratizar o conhecimento para um número maior de pessoas. O desenvolvimento depende disso.” (STEDILE; MANÇANO, 1999, p. 75).

Reafirmando-se, portanto, que mais que realizar o letramento dos sujeitos, é necessário desenvolver o campo, é preciso democratizar o conhecimento e trabalhar a partir da criticidade, isso caracteriza-se em, compreender o mundo, as contradições, as relações sociais, sejam elas de exploração ou não, pois o capitalismo tem em sua iniciativa manipular ideologicamente os trabalhadores, logo, temos que compreender tais questões. Neste sentido, Alves (2006) elucida qual é a questão primordial dos trabalhadores.

A questão primordial que se coloca aos trabalhadores de nosso tempo não é a de requalificação profissional, pois está historicamente superada, mas, sim. A do acesso ao conhecimento que lhes permita compreender a sociedade capitalista e seu movimento. Seria esse conhecimento que lhes facultaria o entendimento do próprio fazer pela apreensão de suas funções no todo social; que lhe asseguraria a possibilidade de superar as limitações dos conhecimentos fundamentais de que se dispõem no dia-a-dia, tanto os científicos quanto os humanísticos, em decorrência do caráter especializado, portanto abstrato, que assumiriam. (ALVES, 2006, p. 149-150).

No 6º Encontro Nacional do MST em Piracicaba/SP, realizado em fevereiro de 1991 é produzido os princípios orientadores das práticas educativas a serem desenvolvidas nas escolas de assentamento. Sendo eles:

- a) ter o trabalho e a organização coletiva como valores educativos fundamentais;
- b) integrar a escola na organização do assentamento;
- c) formação integral e sadia da personalidade da criança;
- d) a prática da democracia como parte essencial do processo educativo;
- e) o professor deve ser sujeito integrado na organização e nos interesses do assentamento;

- f) a escola e a educação devem construir um projeto alternativo de vida social;
- g) uma metodologia baseada na concepção dialética do conhecimento; (MST, 2017, p. 31).

Notamos que, para o MST, o trabalho e a organização coletiva são considerados valores educativos, é necessário ter vínculo com a organização, fazer a formação integral do educando, praticar a democracia compreendendo a mesma como parte do processo da educação, construir projeto de vida social, tendo em vista que a metodologia precisa ter como base a concepção dialética do conhecimento.

Outro fator apresentado no documento do encontro é que as escolas serão instrumentos para transformar a sociedade e também formadora de militantes engajados na luta de classes. Para que isso ocorra, entretanto, se faz necessário o fortalecimento da relação da escola com a comunidade e da escola com a luta do MST. Partindo dessa necessidade o MST estabelece como base da educação do Sem Terra as matrizes formativas, que ultrapassam os limites da escola e se constituem como base para toda a educação do Sem Terra.

As matrizes formativas contribuem para que a concepção de educação que o MST apresenta como uma forma ampla de formação humana, pensando em todas as dimensões humanas, sendo elas: “trabalho, luta social, organização coletiva, cultura e história.” (MST, 2013, p. 12). Sendo a Vida a principal matriz, já que com ela nos humanizamos e relacionamos com as demais. Assim, compreendesse que as,

Matrizes formadoras são elementos materiais ou situações do agir humano que são essencialmente formadoras ou conformadoras do ser humano no sentido de constituir-lhe determinados traços que não existiriam sem a atuação desta matriz/desse agir. E dentre estas matrizes destaca-se o trabalho, no sentido geral de atividade humana criadora, como princípio educativo, ou seja, como a matriz primeira ou basilar da constituição do ser humano, como ser social e histórico como sujeito de práxis. (MST, 2013, p. 12).

A Matriz Formativa do Trabalho é a primeira matriz, constituinte da concepção de educação do MST. O trabalho é entendido como criador do ser humano, enquanto ser social, capaz de gestar e assumir o controle das possibilidades de sua vida e das demais vidas no planeta.

Nesse sentido o trabalho não é apenas o produtivo e também não se confunde com a condição de trabalho assalariado e explorado que assume na sociedade capitalista. É do trabalho em sentido geral e da luta para converter todos os seres humanos em trabalhadores, superando as formas alienadas de trabalho, que estamos falando quando nos referimos a essa matriz. (MST, 2013, p. 15).

Contudo, o trabalho segundo o MST (2013), será vinculado com os conhecimentos construídos e sistematizados ao longo da história da humanidade, relacionando a teoria e prática. Assim, a partir dessa concepção de trabalho é possível potencializar a inserção dos

educandos nos espaços de participação e tomada de decisões, exercitando a organização coletiva.

A Luta Social é uma Matriz Formativa, constituindo seres humanos “em estado permanente de luta (característica de lutadores e militantes de movimentos sociais)” (MST, 2013, p. 16). Para isso o MST (2013) destaca que o ambiente educativo deve exigir uma postura de indignação frente às injustiças, enfrentando e construindo a convicção de mudança, tendo em vista um projeto de sociedade justa e igualitária, colocando as lutas sociais como objeto de estudo científico, uma vez que o “inconformismo e contestação social, e nas iniciativas concretas de lutar pela transformação do ‘atual estado de coisas’.” (MST, 2013, p. 16) também humaniza os seres humanos. Assim é necessário,

Intencionalizar a participação dos estudantes em ações da luta social a partir do seu vínculo como MST ou outras organizações de trabalhadores a que se vinculem suas famílias e comunidade. Participar das mobilizações, jornadas de luta, encontros dos Sem Terrinha ou jornadas da juventude Sem Terra, conforme a idade e os envolvimento locais. Discutir sobre essa participação na escola. (MST, 2013, p. 17).

A Matriz Formativa da Organização Coletiva afirma o perfil de educandos que é necessário formar. Segundo o MST,

A participação em uma organização coletiva cria traços fundamentais no perfil de ser humano que precisamos formar na atualidade: lutadores e construtores; pessoas que saibam o que precisa ser construído, saibam lutar pela construção e consigam identificar os melhores caminhos para que a construção seja feita. (MST, 2013, p. 17).

A Matriz da Organização Coletiva se articula com as matrizes do Trabalho e da Luta Social (MST, 2013). Isso pode ser sintetizado na escola no seguinte aspecto: “Participação ativa dos estudantes e da comunidade e na construção da vida escolar. Nosso objetivo (processual) é chegar a formas cada vez mais coletivas de gestão e de organização do trabalho da escola (envolvendo os estudantes).” (MST, 2013, p. 17). A Organização Coletiva garante a participação efetiva dos estudantes, uma vez que ela está intrinsecamente ligada a auto-organização, permitindo aos estudantes maior vínculo com uma coletividade que se organiza de modo a cumprir com suas tarefas.

Desenvolver atividades que exijam processos de *auto-organização dos estudantes*. Pode-se começar com esse exercício em atividades pontuais ou específicas até se chegar a construir a auto-organização como base da participação dos estudantes no processo de gestão coletiva da escola. (MST, 2013, p. 17).

A Matriz Formativa da Cultura, compreende a cultura como experiência humana, se traduzindo no modo de vida ou o jeito de ser humano, produtores e reprodutores de conhecimento. Desta forma,

Não há como educar as pessoas sem considerar o peso formador da cultura em suas diferentes manifestações. E em nossa realidade atual a intencionalidade pedagógica com essa matriz deverá incluir o cultivo em nossos estudantes da identidade de trabalhadores, constituída desde sua especificidade mais próxima: somos Sem Terra, somos trabalhadores camponeses. (MST, 2013, p. 18).

Percebemos, portanto que esta matriz traz presente a identidade de classe trabalhadora, abarcando intencionalidade pedagógica ao trabalho com esta matriz. Outro fator importante a ser mencionado é a crítica feita à cultura hegemônica da sociedade capitalista e garantir também que os educandos possam ter acesso a cultura produzida social e historicamente pela sociedade.

Em relação a Matriz Formativa da História, o MST (2013) aponta que é a história que permite ao ser humano crescer e superar as contradições presentes no movimento histórico, esta matriz visa intencionalizar na escola:

O enraizamento dos sujeitos (pessoas e coletivos) no movimento entre raiz e projeto, vínculo entre passado, presente e futuro, incluindo conforme as capacidades de cada idade a discussão/clareza de projeto de vida humana, de sociedade; a compreensão do que são e qual o papel das contradições no desenvolvimento histórico, seja das sociedades seja de cada ser humano. (MST, 2013, p. 19).

Nesta perspectiva, podemos notar que as matrizes formativas é que dão base ao modo de agir da escola e a própria constituição do ser humano. Buscando estabelecer a relação entre escola e vida, tendo em vista a luta social e a organização coletiva na construção histórica dos mesmos. Assim é necessário desenvolver o trabalho pedagógico a partir das matrizes citadas acima, de modo a trazer a realidade como seu objeto de estudo (MST, 2013).

Nota-se então que desde quando iniciou a discussão em torno da educação no MST há uma preocupação em garantir que os acampados e assentados contribuam no modo de construir a escola. São as próprias famílias que pautam a escola, um exemplo são as escolas nos acampamentos, nominadas como Escola Itinerante. As mesmas, no contexto de luta pela terra são construídas a partir do trabalho coletivo das famílias acampadas. São as famílias quem reivindicam a garantia da escola nos espaços de luta, inserindo-se no cotidiano escolar, participando dos trabalhos e das tomadas de decisões na escola.

Sabemos que historicamente a educação foi negada aos trabalhadores. Com isto, estes apresentam limites no sentido de formular questões, estratégias e proposições para superar as desigualdades existentes na realidade onde estão inseridos. A escola no MST tem o papel de assegurar aos trabalhadores Sem Terra e aos filhos destes a democratização do saber, a identidade Sem Terra, a formação dos novos lutadores do povo. Segundo o MST essa escola necessita desenvolver “a consciência de classe e a consciência revolucionária, tanto nos educandos como nos educadores” (MST, 2005, p. 161).

Este trabalho, contudo, não se faz sem uma intencionalidade pedagógica. Resultantes das experiências vivenciadas na luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação social são formulados os princípios da educação no MST, as ideias que serão as referências no fazer escola. Neste caso, o MST define seus princípios filosóficos e os princípios pedagógicos.

O MST (2005) afirma que os princípios filosóficos referem-se à visão de mundo, seja em relação ao ser humano, como a sociedade e a concepção de educação, remetendo aos objetivos estratégicos da educação. Já os princípios pedagógicos se referem ao modo de fazer, bem como ao modo como pensar a educação, cujo objetivo é efetivar os princípios filosóficos.

Observando os princípios filosóficos da educação no MST encontramos: “Educação para a transformação social”; “Educação, o trabalho e a cooperação”; “Educação voltada para as várias dimensões humanas”; “Educação com/para valores humanistas e socialistas” e; “Educação como um processo permanente de formação e transformação humana” (MST, 2005), princípios pautados na construção de valores que se tornaram base para a sustentação de um novo mundo, tendo como elemento central a construção de um novo homem, uma nova mulher e a sociedade socialista.

Sendo assim, o primeiro princípio filosófico da educação no MST é:

1º) Educação para a transformação social - Este é o horizonte que define o caráter da educação no MST: um processo pedagógico que se assume como político, ou seja, que se vincule organicamente com os processos sociais que visam a transformação da sociedade atual, e a construção, desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam a justiça social, a radicalidade democrática, e os valores humanistas e socialistas. (MST, 2005, p. 161)

Percebe-se então, que o papel da escola está articulado a um projeto de sociedade da classe trabalhadora, ela é um espaço de construção e de transformação social, diferenciando-se da escola do capital que objetiva a manutenção das desigualdades sociais.

Outro destaque no texto sobre os princípios da educação no MST, é a formação com finalidade de cooperação, este se constitui como um elemento estratégico na construção de relações sociais. Também é evidenciada a perspectiva de formar os indivíduos nas suas múltiplas dimensões, tendo em vista a construção de novos seres sociais com base numa educação que supere as relações de opressões (MST, 2005).

A partir destes princípios filosóficos foram construídos os seguintes princípios pedagógicos: “Relação entre prática e teoria”; “Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação”; “A realidade como base da produção de conhecimento”; “Conteúdos formativo socialmente uteis”; “Educação para e pelo trabalho”; “Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos”; “Vínculo orgânico entre processos educativos e

processos econômicos”; “ Vínculo orgânico entre educação e cultura”; “ Gestão democrática”; “ Auto-organização dos/das estudantes”; “Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/ das educadoras”; “Atitude e habilidade de pesquisa; “Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais”. (MST, 2005, p.159-180)

Como já mencionamos, os princípios pedagógicos da educação no MST asseguram a efetivação dos princípios filosóficos, ou seja, ambos não estão dissociados, tornando impossível a realização de apenas um, tendo em vista que um é a realização e o outro a concepção. Portanto, o papel da educação, vai além da formal e preocupa-se com a formação humana pautada a partir do entendimento da classe explorada na busca pela transformação da sociedade.

Assim sendo, a escola ganha outra dimensão, uma vez que o seu papel pode ir além de ensinar os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Discutir a realidade, entretanto, com criticidade, a fim de formar seres humanos munidos de indignação, de solidariedade, respeito, companheirismo, afetividade, que se coloque na luta, a escola num gesto de coletividade principalmente com os estudantes, que tem o papel de contribuir na transformação da sociedade.

Vemos, deste modo, uma proposição de escola diferenciada da escola hegemônica da sociedade capitalista. Como uma escola pautada nestes princípios e construída nas condições de luta por terra, trabalho, justiça e transformação social verificamos as Escolas Itinerantes do MST.

2.2 A ESCOLA ITINERANTE

A Escola Itinerante é a escola que caminha junto às famílias acampadas na luta pela Terra. Dá-se aí o seu caráter de itinerante, pois a mesma não é uma escola construída com cercas e muros não está estagnada, tão pouco conformada, mas, ao contrário, é uma escola ativa, vinculada a luta pelo acesso à terra.

A Escola Itinerante nasce da luta dos trabalhadores Sem Terra, que viram a necessidade de ter seus filhos na escola, sendo que a mesma foi legalmente aprovada em novembro de 1996, no estado do Rio Grande do Sul. Segundo o MST (2005), os próprios educandos realizaram uma assembleia e decidiram coletivamente reivindicar a legalização da Escola, no Conselho Estadual de Educação de Porto Alegre. A Escola Itinerante teve seu início em um acampamento do MST no município de Júlio de Castilho – RS.

Entretanto, é preciso salientar que, antes de sua aprovação legal, já haviam práticas pedagógicas desde as primeiras ocupações de terra (BAHNIUK, 2008), o que desencadeou na legalização da Escola Itinerante.

Como dito a Escola Itinerante nasce da luta dos trabalhadores Sem Terras, as famílias começam a dialogar e sentir a necessidade de ver as crianças na escola, pois, se deslocar até o município mais próximo a fim de que os educandos tivessem acesso à educação se torna algo difícil. Tendo em vista, os preconceitos vivenciados pelas crianças por pertencerem ao MST, com a distância para chegar até a escola, muitas crianças acabavam perdendo o ano letivo, uma vez que era comum a mudança de acampamento. Considerando que os acampamentos ficam em áreas litigiosas, podendo ocorrer nestes espaços despejos das famílias acampadas.

Neste contexto, os acampamentos contavam com um número excessivo de crianças fora do ambiente escolar. Devido a tal necessidade e compreendendo que era um direito das crianças o acesso à educação de qualidade, pensada e articulada à luta pela terra, é que se inicia as atividades escolares nos acampamentos, antes denominadas de “escolas de acampamentos” (Bahniuk e Camini, 2012 p 332).

Bahniuk e Camini (2012) afirmam que desde o início do processo de escolarização nos acampamentos, colocava-se nestes a necessidade desta escola contribuir na luta da classe trabalhadora.

Por definição do Setor de Educação do MST os educadores são militantes do próprio acampamento, o que facilita nos processos de despejo, mas também na prática pedagógica, pois os mesmos conhecem a realidade de seus educandos e a dinâmica organizativa da luta.

Nas Itinerantes, de forma geral, os educadores responsáveis pela educação infantil e pelos anos iniciais do ensino fundamental são acampados do MST. E os educadores dos anos finais e do ensino médio são professores da rede Estadual de ensino, selecionados a partir das exigências estabelecidas pela Secretaria Estadual de Educação. (BAHNIUK; CAMINI, 2012, p. 332)

As primeiras experiências de Escolas Itinerantes, como mencionado, foram no Rio Grande do Sul (1996), outros estados também desenvolveram a experiência, como “Paraná (2003), Santa Catarina (2004), Goiás (2005), Alagoas (2005) e Piauí (2008)” (Bahniuk e Camini, 2012 p 332). Atualmente, temos Escolas Itinerantes somente no estado do Paraná.

Por serem escolas que se movimentam na luta, elas precisam estar vinculada a uma Escola Base, escola esta que responde pelas questões legais da Escola Itinerante. Devido a proposta pedagógica ser voltada para a luta do MST e da luta da classe trabalhadora, a Escola Base geralmente é uma escola de assentamento (BAHNIUK; CAMINI, 2012).

Porém, com os retrocessos da conjuntura atual, esse fato gerou uma ingerência do Estado, pois atualmente no Paraná, cada Escola Itinerante está vinculada a uma Escola Base no município em que se encontra a Escola Itinerante, conforme sinaliza o quadro abaixo:

Quadro 1- Escolas Itinerantes no Paraná

| ESCOLA ITINERANTE | ACAMPAMENTO | MUNICÍPIO | ESCOLA BASE |
|-------------------------------|----------------------------------|----------------------|------------------------------------------------|
| Caminhos do Saber | Maila Sabrina | Ortigueira | Colégio Estadual do Campo Vista Alegre |
| Carlos Marighella | Elias Gonsalves de Meura | Carlópolis | Colégio Estadual do Campo Joaquim M Marques |
| Herdeiros da Luta de Porecatú | Herdeiros da Luta de Porecatú | Porecatú | Colégio Estadual Ricardo Lunardeli |
| Paulo Freire | Reduto do Caraguatá | Paula Freitas | Colégio Estadual do Campo João de Lara |
| Valmir Motta de Oliveira | Valmir Motta de Oliveira | Jacarezinho | Colégio Estadual Marques dos Reis |
| Semeando o Saber | Zilda Arns | Florestópolis | Colégio Estadual Eudes de Oliveira |
| Herdeiros do Saber | Herdeiros da Terra de 1º de Maio | Rio Bonito do Iguaçu | Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak |
| Vagner Lopes | Dom Tomás Balduino | Quedas do Iguaçu | Colégio Estadual do Campo Chico Mendes |

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Descentralizar as Escolas Bases implica uma maior dificuldade na garantia da proposta da Escola Itinerante, bem como coloca-se como elemento inibidor da luta conjunta, pois agora as escolas respondem e se articulam por meio de suas Escolas Bases específicas. Um elemento importante a ser posto foi que este fato ocorreu isolado, ou seja, sem a participação dos sujeitos envolvidos, o que caracterizamos como ingerência do Estado.

Neste contexto, Leite (2017) afirma o quanto é necessário a auto-organização dos estudantes.

As Escolas Itinerantes se encontram num contexto de luta pela terra, pela sua natureza vivenciam as contradições da luta de classes em meio a luta pela terra. Ainda, por se encontrarem no ambiente do acampamento, território em litígio, logo vive

cotidianamente a possibilidade de sofrer uma ordem de despejo a qualquer momento. Desta maneira, a provisoriedade e a precariedade se colocam ainda mais presentes. O que torna a auto-organização para o estudo, pelo autosserviço, pelo trabalho social e pela luta muito mais significativa e necessária, pois tudo se encontra por construir, conquistar, criar e recriar coletivamente. (LEITE, 2017, p. 257-258).

Neste sentido a Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira a partir de sua itinerância, se vincula a práxis² social dos trabalhadores Sem Terra e busca em seu projeto educativo formas de avançar no sentido de formar protagonistas sociais e a auto organização dos estudantes é uma das formas escolhida para isto.

[...] a auto-organização na Escola Itinerante incorpora desde as formas de trabalho mais simples (autosserviço) para formar na direção da coletividade. Além da dimensão da auto-organização por meio dos núcleos setoriais e o trabalho, mas também busca oferecer intencionalidade na dimensão da auto-organização pela luta social compreendida como trabalho (atividade criativa e criadora). (LEITE, 2017, p. 257).

Notamos, portanto, que a direção coletiva efetivada na Escola Itinerante contribui de modo a assegurar a auto-organização dos estudantes, tendo em vista que esta escola não se descola da Pedagogia do Movimento, que ampara nos princípios filosóficos e pedagógicos da educação no MST, tem sido a base da proposta de escola no MST. Neste viés, uns dos princípios educativos da educação do MST, é justamente a auto-organização dos estudantes e a gestão democrática.

Percebe-se então que a auto-organização não se desvincula da luta das famílias acampadas, daí a relevância do papel do estudante e sua atuação na luta, todavia, é preciso ter clareza que a escola não é responsável por todos os processos de luta, mas se incorpora nele, articulando-a com os conhecimentos científicos.

Com o intuito de ampliar a condição organizativa e política, as Escolas Itinerantes são contagiadas pela disposição de luta do MST em cada local, portanto, onde o acampamento organiza e promove a luta, há a definição, desde uma avaliação conjunta, da participação, ou não, da escola com sua intencionalidade pedagógica. (LEITE, 2017, p. 259).

Leite (2017) elucida que a auto-organização dos estudantes na Escola Itinerante, tem como desafio garantir a participação na luta, com a finalidade de atingir os objetivos formativos orientadores da ação da escola, acerca dos conhecimentos para a transformação da sociedade, abarcando a formação humana, livre das mazelas do capitalismo.

É importante salientar que, a Escola Itinerante compreende a importância da organicidade, desenvolvendo diversas formas de organização, com todos os sujeitos que a integram. Com isso busca-se horizontalizar as relações de poder presentes no ambiente escolar.

² Compreende-se por práxis social a relação entre a teoria e as práticas de luta articulada pela Classe Trabalhadora.

Bahniuk e Camini (2012), trazem presente a questão da avaliação dos processos formativos da escola, abordando a participação dos estudantes nestes espaços, “participam dos processos de avaliação do conjunto da escola, do seu próprio desempenho e dos educadores.” (BAHNIUK; CAMINI, 2012, p. 334).

A Escola Itinerante, busca desenvolver a formação humana em todas as suas dimensões e tem como objetivo central da proposta dos Complexos de Estudo forjar novos lutadores e construtores de uma sociedade livre da opressão do capital.

O objetivo principal do MST no âmbito da educação é ajudar a formar seres humanos mais plenos e que sejam capazes e queiram assumir-se como *lutadores*, continuando as lutas sociais de que são herdeiros, e *construtores* de novas relações sociais a começar pelos acampamentos e assentamentos onde vivem e que são desafiados a tornar espaços de *vida humana criadora*. Para isso é preciso educar as novas gerações de modo que a desenvolvam uma visão de mundo que inclua estes objetivos; crianças e jovens ativos, com iniciativa, multilateralmente desenvolvidos, com apropriação de conhecimentos científicos relevantes, capazes de ligar teoria e prática, que aprendam habilidades técnicas, hábitos sociais e valores de convivência e trabalho coletivo. (MST, 2013, p. 11).

Nesta perspectiva, Bahniuk e Camini (2012), colocam que esta escola em suas propostas contrariam o modelo hegemônico da escola consolidada no capitalismo. Contudo, ela não consegue se emancipar em sua totalidade.

Em seus aspectos contra-hegemônicos a Escola Itinerante, assim vincula-se à vida, à luta pela terra e aos direitos dos trabalhadores. Como podemos verificar:

De forma distinta, a escola capitalista, ideologicamente, coloca-se afastada da realidade e das contradições da vida. Por isso, pensar numa escola que subverta a lógica dominante pressupõe incorporá-la à vida, permitir que nela adentrem os problemas, as dúvidas e as preocupações a ela ligadas. (BAHNIUK; CAMINI, 2012, p. 333).

Para fazer os encontros cotidianos e por compreender o ser humano com tempos de desenvolvimento e aprendizagem específicas a Escola Itinerante está organizada por Ciclos de Formação Humana. Este modo de organização, pretende romper com a lógica da seriação presentes nas instituições escolares, bem como, respeitar o período de aprendizagem dos educandos. “Os ciclos se propõem a criar estratégias para que todos aprendam e se desenvolvam.” (BAHNIUK; CAMINI, 2012, p. 335). A seguir destacaremos alguns elementos sobre os Ciclos de Formação Humana que contrapõe a ordem hegemônica e procuram construir outros elementos de formação humana.

No decorrer de sua trajetória, a Escola Itinerante desenvolveu práticas educativas com o intuito da emancipação humana. Nesta perspectiva, inicialmente trabalhou com os temas geradores. Compreende-se, portanto, como tema gerador:

[...] assuntos ou questões extraídas da realidade, seja a mais próxima e atual seja a realidade de uma época mais geral. Em torno destas questões se passa a desenvolver os conteúdos, as didáticas e até algumas práticas no conjunto da escola. São GERADORES porque geram/criam necessidades de novos conhecimentos, novos conteúdos, novos temas e ações concretas de intervenção na realidade [...] temas geradores são vivências sociais e precisam ser tomados pela escola para organizar a formação e o ensino na perspectiva da formação humana. (MST, 2009, p. 82-83, apud. LEITE, 2017, p. 196).

Buscando superar os limites apresentados com os temas geradores, no sentido de aprofundar a relação conteúdo sistematizado e realidade local a escola começa um novo debate, pois de acordo com Leite (2017), os temas geradores passam a definir o conteúdo estudado, deixando conteúdos estruturantes, necessários ao desenvolvimento dos educandos, ocasionando um problema à formação deles. Sapelli (2013), neste aspecto, aponta,

Poucos elementos do trabalho com os temas geradores estão presentes e a transposição da proposta metodológica de Paulo Freire para a educação escolar trouxe alguns problemas: o ponto de partida é uma questão próxima e muitas vezes o trabalho se limita a conhecê-la de forma restrita, não contribuindo para a ampliação do conhecimento da realidade; nem sempre os temas escolhidos representam questões significativas da realidade; em geral há uma desarticulação entre os temas e desses com os conteúdos das disciplinas. (SAPELLI, 2013, p. 229).

Com o intuito de garantir o currículo escolar, nem sempre presente no Tema gerador, busca-se novos processos formativos, nesta lógica, após estudos e formações, as Escolas Itinerantes passam a desenvolver experiências em torno dos Complexos de Estudos, a partir das experiências da Escola Única do Trabalho e da Pedagogia Socialista, que segundo Leite (2017), iniciou a implementação dos Complexos de Estudo nas Escolas Itinerantes e Escola Base em 2013. Mas Sapelli (2013), faz uma ressalva importante quanto aos Temas Geradores no que se refere a proposta pedagógica do MST, “Paulo Freire contribuiu para construir a identidade da proposta pedagógica do MST, portanto, agregar novos elementos, não significa abandoná-lo, mas superá-lo por incorporação.” (SAPELLI, 2013, p. 230).

Sapelli (2013), aborda ainda que a busca por novos elementos que evidenciem a formação humana se dá mediando o reconhecimento da contribuição de Paulo Freire, o que permite ao Movimento caminhar em busca da experiência soviética.

Foi a partir das necessidades concretas e reconhecendo a contribuição de Paulo Freire para construir o caminho e a identidade pedagógica, é que o Movimento continua a caminhar, buscando na experiência soviética do início do século XX, elementos que evidenciem outras dimensões da formação humana e que recoloque entre elas a dimensão da apropriação do conhecimento produzido social e historicamente. (SAPELLI, 2013, p. 231)

Ressaltamos que o processo de construção dos Complexos de Estudo, se inicia em 2009 por um grupo de especialista e com a assessoria pedagógica do professor Luiz Carlos de Freitas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Para Hammel, Farias e Sapelli:

Em maio de 2010, em decorrência das reflexões e da avaliação da proposta em andamento, ficou indicada a necessidade de potencializar o que estava em processo, mas também de incluir novos elementos para avançar na construção de uma nova forma e novo conteúdo para a classe trabalhadora. (FARIAS, HAMMEL, SAPELLI, 2015, p. 68).

Os Complexos de Estudo se incorpora a escola, como uma forma organizativa metodológica, junto à organização por Ciclos de Formação Humana e passa a organizar o currículo destas escolas. No próximo item adentramos nestas questões de forma mais específicas.

2.3 A ORGANIZAÇÃO DO PPP DAS ESCOLAS ITINERANTES E OS COMPLEXOS NA ESCOLA ITINERANTE

Como mencionado anteriormente, o objetivo central da educação no MST é formar novas lutadoras e lutadores, construtores de novas relações na sociedade. Neste sentido, o MST, possui a concepção de educação trabalhada acima, pautada principalmente na participação na luta social e nos desafios cotidianos do acampamento/assentamento e da vida das famílias Sem Terra (MST, 2013).

Na proposta de educação do MST, a concepção de educação ultrapassa o âmbito escolar, o Movimento, portanto, é também o educador, conforme notamos na citação abaixo:

Foi no diálogo entre prática e teoria que acabamos nos encontrando com uma determinada concepção de educação que vai além da escola, mas quer entrar dentro dela; que permite entender que o próprio Movimento pode ser considerado um educador de seus membros e que a vivência da dinâmica da luta também é uma experiência educativa, tanto como é o trabalho e a participação política, e que a escola consegue cumprir melhor sua função específica, relacionando à apropriação de conhecimentos, quando se abre para estes processos educativos, aprende com eles, estuda sobre eles, buscando na vida concreta o sentido verdadeiro do que ensina e da formação do ser humano que também é sua tarefa realizar (MST, 2013, p. 11-12).

É explícito, portanto, que a concepção de educação do Movimento Sem Terra se faz articulado com a auto-organização em uma gestão coletiva. É imprescindível, para a construção do novo, que estas escolas reorganizem as relações que permeiam seus ambientes educativos.

A construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) das Escolas Itinerantes no Paraná, que está alocado no Colégio Estadual do Campo Iraci Saleter Strozak, em Rio Bonito do Iguazu

– PR, primeira Escola Base³, possui em sua organização curricular os Ciclos de Formação Humana, superando com o modelo seriado das escolas, com unidocência para os anos iniciais do Ensino Fundamental e a organização do conhecimento por áreas nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio. Sendo necessário que nesta proposta se reflita a concepção de ser humano e de sociedade a qual é defendida, não deixando de lado o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, (CECISS, 2009).

Portanto,

A adoção dos Ciclos de Formação Humana exige uma mudança significativa nas concepções que dão sustentação às práticas pedagógicas e à própria consolidação das mesmas. Se representarem apenas mudança na forma e não no conteúdo, será uma mudança inócua. Entendemos então que organizar a escola em Ciclos de Formação Humana significa romper com a fragmentação do saber e alargar os tempos de aprendizagem e desenvolvimento, possibilitando a convivência com a diversidade. (CECISS, 2009, p. 31).

Dentre as questões levantadas no PPP destaca-se a clareza que o projeto de escola expressa em relação ao projeto de sociedade, que condena veementemente o que temos atualmente, um projeto que quer a emancipação dos seres humanos, superando as desigualdades sociais (CECISS, 2009).

Os Ciclos de Formação Humana se organizam a partir da temporalidade do desenvolvimento humano, respeitando os tempos escolares, ou seja, a periodicidade no processo de aprendizagem, bem como, do contexto social e das estimulações pedagógicas. Neste sentido as Escolas construíram a seguinte organização escolar:

Quadro 2 – Organização dos Ciclos de Formação Humana

| CICLOS DA VIDA HUMANA | CICLO DA FORMAÇÃO HUMANA | CICLO DA EDUCAÇÃO BÁSICA | IDADE |
|------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|------------------------------|
| INFÂNCIA | I Ciclo da Formação Humana | Ciclo Único Educação Infantil | 4 anos 5 anos |
| | II Ciclo formação humana | I Ciclo do Ensino Fundamental | 6 anos 7 anos 8 anos |
| | Classe Intermediária | | |
| PRÉ-ADOLESCÊNCIA | III Ciclo da Formação Humana | II Ciclo do Ensino Fundamental | 9 anos 10 anos 11 anos |
| | Classe Intermediária | | |

³ Porém com a ingerência do Estado atualmente cada Escola Itinerante tem uma Escola Base, este processo se deu via Secretaria do Estado de Educação do Paraná, sem a participação das Escolas Itinerantes e do Setor de Educação do MST – Paraná, sendo que com isso não houve ao menos a viabilidade do MST decidir quais seriam as Escolas Bases, assim desta forma prejudicando a efetivação da Proposta Pedagógica das Escolas Itinerantes.

| | | | |
|---------------------|-----------------------------|---------------------------------|-------------------------------|
| ADOLESCÊNCIA | IV Ciclo da Formação Humana | III Ciclo do Ensino Fundamental | 12 anos 13 anos 14 anos |
| | Classe Intermediária | | |
| JUVENTUDE | V Ciclo da Formação Humana | Ciclo Único – Ensino Médio | 15 anos 16 anos 17 anos |

Fonte: PPP, Colégio Estadual Iraci Salete Strozak, 2009, p. 35.

Essa forma de organização escolar permite estabelecer novas relações no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos educandos, visando chegar ao desenvolvimento pleno de suas potencialidades. A avaliação ocorre de outra forma, por isso passa a ter um novo sentido e ocorre de forma diferente, exigindo novos métodos de trabalho, uma vez que a nota e a classificação necessariamente precisam ser superadas.

A avaliação na proposta dos Ciclos de Formação Humana tem o objetivo de intervir e redimensionar a ação pedagógica bem como deverá subsidiar permanentemente os docentes e a instituição. Outro ponto a ser considerado, é o momento de problematizar todo o trabalho educativo desenvolvido na escola, não sobre questões relacionadas diretamente às aprendizagens, mas também sobre o currículo, as formas de organização do tempo-espaço e as relações entre escola e a comunidade. (CECISS, 2009, p. 36).

Percebemos, que os Ciclos de Formação Humana exigem um redimensionamento da forma escolar, tendo em vista que o objetivo é formar o humano em todas as suas dimensões e a partir da concepção de educação do MST. Sendo assim está intrinsecamente ligada aos princípios pedagógicos, como a auto-organização e gestão democrática.

Essa exigência fez com que o coletivo das Escolas Itinerantes do Paraná passasse a partir de 2009 discutir a proposta metodológica por Complexos de Estudo, pensando não somente os conteúdos ou o desenvolvimento cognitivo, mas com a finalidade de realizar o vínculo do conhecimento com a realidade.

A organização metodológica da escola dos Sem Terra por Complexos de Estudo significa pensar para além dos conteúdos e dos processos cognitivos, significa redimensionar a forma, vincular conhecimento com realidade para fazer as conexões que permitem a apropriação dos conteúdos produzidos historicamente pela humanidade. (FARIAS, HAMMEL, SAPELLI, 2015, p. 74).

O Complexo trabalha com a realidade, segundo o MST (2013), a escola é considerada um grande centro de cultura e pesquisa, ou seja, a partir da realidade local se introduz os conhecimentos científicos. Os sujeitos envolvidos neste processo (educadores, educandos e administradores) necessitam conhecer as possibilidades educativas em seu entorno.

Um complexo representa uma “complexidade” cujo entendimento a ser desvendado pelo estudante ativa sua curiosidade faz uso dos conceitos, categorias e procedimentos

das várias ciências e artes que são objetos de ensino em uma determinada série. Ele é mais que um tema ou eixo e não resume à idealização de uma prática que apenas anuncia a aplicabilidade longínqua de uma aprendizagem. É o palco de uma exercitação teórico-prática que exige do estudante as bases conceituais para seu entendimento, permite criar situações para exercitação prática destas bases plenas de significação e desafios e ao mesmo tempo permite que estes conceitos sejam construídos na interface da contribuição das várias disciplinas responsáveis pela condução do complexo (...). É uma exercitação teórico-prática que acontece na realidade existente no mundo do estudante, vivenciada regularmente por ele em sua materialidade cotidiana e que agora precisa ter sua compreensão teórica elevada. (MST, 2013, p. 31).

Mas é preciso ter clareza que este modo de organização não exima o educador da condução dos processos pedagógicos, é função deste perpassar os conhecimentos social e historicamente sistematizado. Esta escola não abre mão do conhecimento, pelo contrário, luta para que a educação contribua na luta pela terra.

Abaixo apresentamos o esquema da proposta dos Complexos de Estudo, o modo como ele é organizado no trabalho docente, ou seja, com a concepção de educação, a organização escolar, os conteúdos, os objetivos formativos, a auto-organização dos estudantes, o trabalho, a realidade se articulam na organização metodológica da escola.

Figura 1 – Esquema da proposta da Unidade Complexo



Fonte: MST, 2013, p. 32.

A escola passa ser esta totalidade que move questões estratégicas para as ações de aprendizagem, desenvolvimento e inserção no mundo do trabalho, nos compete e interessa neste texto a auto-organização dos estudantes, tema aborda nesta pesquisa.

A auto-organização está presente no PPP das Escolas Itinerantes, considerando que ela é construída a partir do protagonismo dos estudantes.

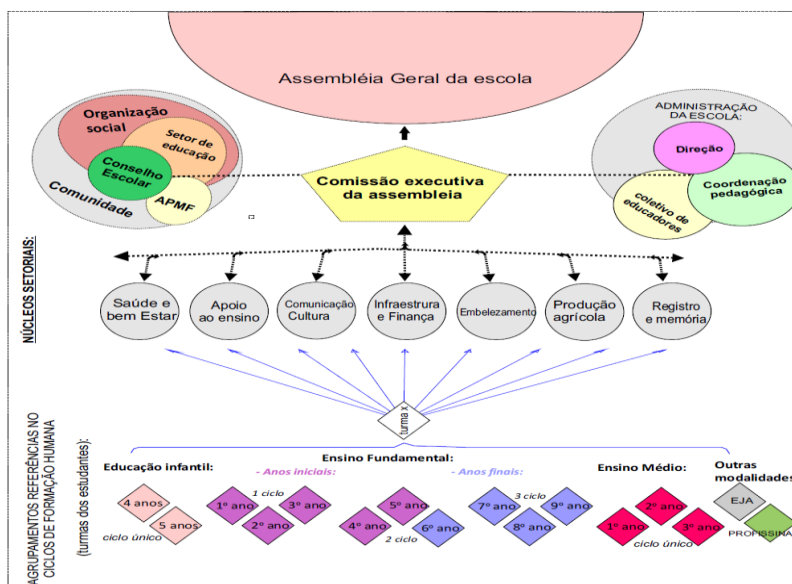
A organização dos educandos precisa ser construída processualmente tendo-os como protagonistas neste processo, logo, não poderia vir de um pacote pronto, isso não seria educativo junto ao coletivo de estudantes (crianças/adolescentes/jovens). Por outro lado, precisamos dar início a caminhada, não podemos ser ingênuos, achando que a organização acontece por si só. (CECISS, 2009, p. 55)

Notamos que a auto-organização é construída a partir das ações dos próprios educandos, nas atividades desenvolvidas na escola, nas assembleias escolares, nos Conselhos de Classe Participativos, nos Núcleos Setoriais, na participação na vida da escola e do acampamento/assentamento em que está inserido, bem como na luta de classes. É o momento de democratização, de construção do projeto de sociedade defendida pelo Movimento Sem Terra.

A educação deste modo, é pensada não somente para instruir os seres humanos, mas para uma formação humana em sua totalidade. Essa concepção de educação não ocorre somente na escola, mas para além dela, como está disposto nos princípios de educação do MST.

Portanto, a forma organizativa da Escola Itinerante é diferente das escolas convencionais. A fim de potencializar a gestão democrática, de modo a ter todos os educandos envolvidos temos presente na Escola Itinerante algumas instâncias, como a Assembleia Geral da Escola, Comissão Executiva da Assembleia e os Núcleos Setoriais (NS). Vejamos como é organizado no esquema abaixo:

Figura 2 - Esquema da proposta de auto-organização dos estudantes na organização política da escola



Fonte: MST, 2013, p. 25.

Conforme dito, a escola organiza-se em instâncias, temos, então, as turmas regulares, conforme observamos na parte inferior do esquema acima. Os educandos destas diferentes turmas compõem os Núcleos Setoriais, cada um deles possui funções específicas na escola e discute questões da escola. Percebemos os Núcleos Setoriais como espaço de prática concreta de auto-organização dos estudantes.

A Comissão Executiva compõe-se com os coordenadores dos Núcleos Setoriais, Coordenação Pedagógica, Coletivo de Educadores e representações da Comunidade Escolar, de acordo com o apresentado no esquema da proposta da auto-organização. A instância máxima é a Assembleia Geral, composta por todos os que estão envolvidos na escola. É neste espaço que são deliberadas as ações planejadas pelos NS e levantadas pelos coordenadores na Comissão Executiva. Também são os membros da Comissão Executiva que organizam as Assembleias, sendo previstas para ocorrer no início e fim de cada semestre.

No dia-a-dia a escola se organiza em diferentes tempos educativos. Estes tempos são organizados no sentido de desenvolver a formação *omnilateral* dos educandos. Os tempos educativos organizados pela escola é apresentada pela Comissão Executiva como proposta e deliberada pela Assembleia Geral da escola que definirá por sua realização ou não.

Portanto, os tempos educativos têm um papel importante na criação da percepção da totalidade nos semestres, em especial no que diz respeito às ligações entre os objetivos do semestre (formativos e de ensino) e a vida expressa nos complexos. A flexibilidade necessária para as disciplinas caminharem de acordo a suas especificidades se une à ação dos tempos educativos na configuração da percepção da totalidade. (MST, 2013, p. 29-30).

É notável que a proposta de educação desenvolvida nas Escolas Itinerantes se dá mediante a luta de classes, articulada com a luta do Movimento Sem Terra que se configura na luta pela terra. Trazendo como questão fundamental uma gestão democrática, que se expressa na auto-organização dos estudantes.

Analisando o exposto até aqui, nota-se que a escola pública consolidada no capitalismo surge com o interesse de atender as demandas do capital, o MST pauta uma escola que atenda as demandas da classe trabalhadora, articulada com a luta pela terra. É neste contexto que a Escola Itinerante se constrói, atrelando os princípios pedagógicos e filosóficos na vida concreta da escola.

3 A AUTO-ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

O presente capítulo foi delimitado pela necessidade de trazer elementos conceituais sobre a gestão escolar e a auto-organização dos estudantes. Retratamos como ambas são fundamentais no meio escolar, para isso realizamos uma pesquisa bibliográfica, cujas bases fundamentais são as produções de autores como Ângelo Ricardo de Souza, Fernando José Martins e Lisete R. G. Arelaro, e também da Pedagogia Socialista como Moisey M. Pistrak e Victor N. Shulgin.

Para tratar da auto-organização dos estudantes e a gestão escolar democrática trazemos no texto a relação que há entre ambas, realizando uma análise da escola que interesse aos trabalhadores e a contribuição da auto-organização dos estudantes e da gestão escolar democrática quanto a este aspecto.

3.1 A RELAÇÃO ENTRE A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES E A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

A educação escolar para a classe trabalhadora a partir da Revolução Industrial no século XVIII, se coloca como ferramenta da classe burguesa, enquanto centro de formação e submissão de operários obedientes para o trabalho nas fábricas. Não é interesse da burguesia criar escolas que pensem uma educação cujo princípios é compreender-se como sujeitos trabalhadores e responsáveis pela geração das riquezas que se acumulam para uma pequena parcela da sociedade.

Portanto, ter uma escola que coloque os trabalhadores a refletirem criticamente e se colocarem como sujeitos ativos se torna algo impossível no capitalismo, uma vez que este modelo societário precisa dominar o campo das ideias, privatizar o conhecimento, coibir a criticidade, ser um agente dominador da classe trabalhadora. Contraditoriamente, se constitui como instrumento repressor e hegemonicamente dominante, a escola coloca-se como espaço de tentativas de forjar propostas de resistências e de emancipação dos trabalhadores.

Neste sentido, pensando a escola como um possível fator de luta e resistência dos trabalhadores, ela pode ser pensada a partir dos interesses da classe dos trabalhadores, visando a transformação social, embora claro que isso não deva ser papel apenas da escola, mas ela em si pode ser a fomentadora deste processo, tendo em vista a sua capacidade de formar a consciência.

Nesta perspectiva, os principais envolvidos não podem estar desvinculados. Temos aqui uma mudança de concepção, pois passa-se a considerar que os estudantes não são meros

recebedores de conteúdo, pelo contrário, os mesmos também são parte fundamental da escola, constroem a escola e produzem conhecimentos, portanto, podemos considerar que a auto-organização dos estudantes é fundamental na construção da escola que interesse aos trabalhadores.

Concretamente, a questão conduz a que as novas gerações compreendam, em primeiro lugar, em que consiste a essência deste processo de luta que abarca a humanidade; em segundo, que lugar a classe oprimida ocupa nesta luta; e, em terceiro, que lugar cada jovem deve ocupar nesta luta. (PISTRAK, 2013, p. 113).

E é partindo dessa ideia que a gestão escolar e a auto-organização podem se constituir na escola, ou seja, é necessário que os estudantes compreendam os três aspectos citados acima, para que este processo possa gerar resultados e não sejam ações inócuas. Porém, vale ressaltar que estas ações podem ocorrer concomitantemente, conforme vai se consolidando a auto-organização por meio dos estudantes a compreensão da essência e do papel na luta vai sendo construída aos poucos.

Analisando o aspecto da auto-organização é necessário pensar na gestão, como ela ocorre na escola a qual estamos inseridos. Neste sentido, abordaremos como ocorre as relações na mesma, pois é sabido que na escola consolidada no capitalismo, pensada pelo capital há uma hierarquia, os gestores são os responsáveis pelas tomadas de decisões, enquanto educadores e educandos executam o que a eles é atribuído por alguém superior (neste caso o diretor).

Neste sentido, cabe entender o papel dos demais sujeitos da escola, pois o capitalismo consolidou um espaço onde os mecanismo de ações são o de cumprimento de regras, regras criadas num contexto de opressão, já que o sistema e a burocracia instaurada para controlar a forma organizativa e a gestão escolar faz com que apenas o gestor tome a decisão, cumprindo ordens do sistema. Paulo Freire (2005) afirma em sua obra “Pedagogia do Oprimido” que a educação e o aprendizado ocorrem mediante o diálogo e uma educação antidialógica é uma educação opressora.

A escola neste aspecto, se comporta como uma empresa ou fábrica capitalista, há quem planeja o todo e há quem executa o planejamento, não há como pautar uma escola cuja gestão seja democrática numa escola pensada para atender as demandas do capital. Mesmo dentro deste modelo escolar devemos construir uma escola que sirva para a classe trabalhadora, garantindo a consciência de classe e não alienação do povo, pois é a partir desta que poderemos construir o novo.

Contudo, buscando uma escola que venha a ser da classe, que lute junto com o povo, que atenda os anseios dos trabalhadores, então faz-se necessário ter uma outra forma de

organização política da escola, ou seja, horizontalizar as relações de poder, as tomadas de decisões, entender a escola como uma construção coletiva com uma intencionalidade pedagógica política e libertadora.

Logo, a escola a qual atenda tais questões tem como princípio pedagógico a gestão escolar democrática, uma escola onde educadores, gestores, pais, educandos e comunidade atuem de modo coletivo. Não há como considerar uma escola democrática se os educandos não sejam parte da escola e atuem como construtores dela. Uma sociedade democrática também é fundamental, pois nela é permitido questionar, por mais que estejamos vivendo em uma democracia burguesa nesta ainda é possível se colocar a pensar e refletir.

Trazer presente em um acampamento de luta pela terra uma concepção de educação que considera os processos de construção coletiva é fundamental, uma vez que um dos princípios educativos do MST é a Direção Coletiva, seria contraditório a escola não se colocar nesta mesma lógica organizativa.

3.2 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

A gestão democrática é um dos princípios educativos que o MST propõe em sua concepção de educação, entendendo que as famílias acampadas e assentadas necessitam participar dos processos escolares. As escolas construídas nos acampamentos e assentamentos é conquista das famílias que fazem parte deste Movimento, são elas que construíram e defendem a proposta pedagógica da escola, que contribuem na organização e gestão da mesma.

Adentraremos então no conceito de gestão, de acordo com Lisete Arelaro “a palavra *gestão* significa o ato ou efeito de gerir, de administrar, de dirigir.” (Arelaro, 2012. p. 381), ela é trazida para o contexto educacional a partir da teoria de administração empresarial, cuja referência é em Frederick W. Taylor e Henri Fayol. Segundo o autor isso ocorreu pela crença que os princípios administrativos da teoria geral de administração eram aplicados em qualquer instituição, seja ela empresarial ou não, independentemente de seu caráter cultural, educacional ou social.

Conforme Arelaro (2012), a teoria de administração empresarial introduzida no âmbito educacional é caracterizada como no funcionamento de uma empresa, logo a escola traz para si as relações de poder que se configuram nesta instituição. O que podemos notar nitidamente é a hierarquia presente, ou seja, o aspecto da superioridade e da inferioridade, além das relações de opressões vivenciadas no ambiente empresarial capitalista.

Arelaro, ainda traz presente em sua análise a forma como era considerada a gestão escolar, sendo que “deveria atender, primeiramente, a uma filosofia e a uma política de educação.” (Arelaro, 2012, p. 382). Porém para isso teria um envolvimento de processos complexos durante e depois das atividades da escola, tendo por finalidade garantir a unidade e a economia.

Esses processos seriam 1) planejamento das ações: a partir do exame cuidadoso da realidade social, para determinar as necessidades e possibilidades do processo de escolarização; 2) organizações das ações: análise prévia das atividades que a escola deve realizar visando atingir seus objetivos; 3) acompanhamento das ações: baseado num sistema de relações humanas que favoreça a responsabilização e a colaboração, a fim de manter a unidade indispensável ao processo de escolarização e a economia de rendimento; e 4) controle dos resultados: com o objetivo de identificar e possibilitar a correção das deficiências na execução das ações. (ARELARO, 2012, p. 382).

Nota-se nesta perspectiva de gestão que as ações acontecem isoladamente, não tendo a participação da comunidade escolar, do mesmo modo, essa gestão representa um sistema, uma forma estagnada, tendo por finalidade resultados puramente mecânicos. Nota-se aí que a gestão escolar foi primeiramente pensada para atingir os objetivos de um sistema explorador, excludente, visando a manutenção do mesmo.

A gestão está intrinsecamente relacionada ao poder, uma gestão escolar democrática estabelece em seu bojo métodos diferentes da gestão empresarial a qual ainda se encontra presentes nas instituições de ensino, a hierarquia ainda está muito presente nas escolas, sabemos que o poder das tomadas de decisões acaba ficando centralizado em uma pessoa, na figura principalmente do diretor.

Para além disso, devemos considerar que a gestão empresarial hierarquiza as relações de poder, neste aspecto, a escola distingue quem planeja e quem realiza. Portanto, pensar a gestão verdadeiramente democrática não perpassa somente o planejar, ou somente o fazer, mas está fundada nestes dois aspectos juntos.

Ângelo Ricardo de Souza (2009), faz uma análise da gestão escolar democrática, buscando delinear um conceito para a mesma, considerando em sua análise a relação entre política, poder e democracia nas escolas públicas. Relação esta que na leitura do autor se constitui um fenômeno político.

A gestão escolar, pelas determinações legais, deve ser pautada pelo princípio e pelo método democráticos. Todavia, há pouca clareza sobre o que significa a tradução de um em outro, na ação concreta nas escolas públicas país afora. (SOUZA, 2009, p. 124)

A gestão escolar não deve se dar sem a participação dos coletivos que na escola estão envolvidos, uma vez que isso é um processo político, não acontece separado da realidade, do contrário perde seu sentido e seu princípio.

Nesta perspectiva, Souza (2009) deixa claro a necessidade de uma ação coletiva, em que todos os sujeitos da escola contribuíssem nas tomadas de decisões, mas tendo em vista o reconhecimento das funções de cada membro, por isso a necessidade do diálogo e da alteridade, bem como o respeito as regras construídas de modo coletivo. Deste modo, afirma Souza, que a democracia no ambiente escolar é compreendida como princípio e uma ação educativa.

Martins, por sua vez, aponta que não se deve deixar de lado a materialidade deste objeto, levando em consideração a realidade brasileira para a constituição do seu conceito, “na prática e na busca por gestão democrática da educação e da escola” (MARTINS, 2012, p. 115).

No entanto, uma das problemáticas apresentadas por Souza (2009) é a reprodução do autoritarismo na escola, já que ela reproduz traços da sociedade. Neste contexto, Martins (2012), afirma que a discussão da gestão democrática é fruto do enfrentamento ao regime político da Ditadura Militar, sendo a década de 1980 marcada pela luta acerca da gestão democrática nos ambientes escolares.

Assim, o movimento e, conseqüentemente, as premissas da gestão democrática voltada ao fenômeno educativo tinham alicerces firmados sobre uma concepção radical de democracia que se vinculava também à organização social, aos direitos sociais como educação, saúde e moradia e, partindo da contraposição ao autoritarismo, continham um forte elemento fíncado na auto-organização dos membros da comunidade escolar. (MARTINS, 2012, p. 115)

Compactuando com essa perspectiva Souza (2009) aponta a necessidade de criar possibilidades para a concretização da gestão democrática, a fim de que esta não seja apenas estética, com ações em si mesma, uma vez que “A democracia se faz menos nas definições formais, constitucionais, dos direitos dos indivíduos e mais pela ampliação real das condições de superação das desigualdades sociais” (SOUZA, 2009, p. 128).

Souza ainda afirma que:

[...] se a política na escola reconhece que o poder em questão decorre de um contrato firmado entre as pessoas que compõem essa instituição, e considera que o diálogo entre esses sujeitos é condição para a sua operação, assim se terá uma ação política talvez mais democrática. Mas num ou noutro caso, se trata sempre de poder, pois a política somente existe onde há poder em questão. A forma como se lida com ele, contudo, pode demonstrar uma vocação mais ou menos democrática. (SOUZA, 2009, p. 125.).

Conforme notamos nas palavras do autor, a escola é dotada de relações políticas, ou seja, relações de poder, mesmo que a escola não trabalhe com a gestão escolar democrática tais

relações existem, porém de modo antidemocrático. Neste sentido Fernando José Martins considera que:

[...] o legal, cumpre somente reforçar uma afirmação. A legislação brasileira sobre a educação, desde a Constituição Federal de 1988 (que estabelece como princípio do ensino no país a “gestão democrática do ensino público”, reproduzido nas demais regulamentações específicas acerca da educação nos sistemas estaduais e municipais), é, também, orientadora de iniciativas escolares que não são públicas. Esse elemento legal “obriga”, em certa medida, as mais diversas unidades escolares, dotadas das mais variadas concepções de práticas administrativas, a adotar o princípio democrático, ao menos documentalmente (MARTINS, 2012, p. 114).

Portanto, fica implícito na análise do autor que, o que encontramos nas escolas são apenas a utilização do termo gestão escolar democrática, pois legalmente se caracterizar como uma instituição democrática não necessariamente a caracteriza de fato como democrática no que refere-se as suas ações.

Porém, é sabido que existem outras formas de fazer gestão, uma gestão onde tenha como objetivo a gestão democrática, ou seja, é construída uma nova forma de organização política. Citamos a organização política das Escolas Itinerantes do Paraná e o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, que visam alterar a lógica de poder hegemônico, buscando horizontalizar as relações dos estudantes com os educadores “é preciso que os estudantes possam viver a vida escolar, tomar decisões a respeito da organização da vida da escola, opinar e decidir quando necessário.” (MST, 2013, p. 23).

Conforme citado no primeiro capítulo deste trabalho, as Escolas Itinerantes foram construídas pelas famílias acampadas vinculadas ao MST, tendo uma proposta que assegure a gestão democrática, já que na concepção do Movimento Sem Terra, a escola tem o protagonismo dos sujeitos que a constitui como um dos seus princípios fundantes.

Analisando este fato podemos colocar a seguinte questão, então como se constituir uma escola com gestão que seja de fato uma gestão escolar democrática? De acordo com Souza (2009) o diálogo e a alteridade são saídas possíveis, mas diálogo apenas resolveria esta problemática? O que seria este diálogo e essa alteridade? Como eles ocorrem no interior das escolas?

A gestão democrática é aqui compreendida, então, como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2009, p. 125).

Para o MST (2005), a participação ativa e protagonizada é um princípio pedagógico e isso requer compreender a necessidade de vivenciar espaços de participação, para deste modo, educar-se na e para a luta social. Neste ponto de vista, defende uma direção coletiva de todos os processos, ou seja, participação para além dos educandos e educadores.

A participação de todos os envolvidos no processo de gestão. Todos devem aprender a tomar decisões, respeitar as decisões tomadas no conjunto, a executar o que foi decidido, a avaliar o que está sendo feito, e a repartir os resultados (positivos ou negativos) de cada ação coletiva. Isto é democracia! E só acontece se o coletivo organizar instâncias de participação, desde a direção política do planejamento mais geral da atividade de educação, até a esfera específica do aprender e ensinar ou da relação entre quem educa e quem é educado (MST, 2005, p. 173).

Construir este processo com os educandos, construir junto à comunidade, exige mais trabalho, porém pode ser um elemento de transformação da sociedade, uma vez que exige o pensar de todos a fim de construir uma nova forma de fazer escola, encontrando nela as contradições e deste modo buscar superar a realidade encontrada, que se configura como exploradora, sem espaço para a criança, adolescente, jovens, mulheres e velhos.

3.3 A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES

A auto-organização dos estudantes exige um redimensionamento escolar, bem como uma compreensão do papel dos estudantes na escola e na sociedade. É preciso ter em vista que na Escola Itinerante isso vem sendo construída. As bases conceituais são das experiências da Escola-Comuna⁴, e a própria experiência organizativa do MST.

Na experiência em construção, a auto-organização visa o fortalecimento de uma coletividade que se autogestiona, que cria espaços para propor e decidir sobre a dinâmica do trabalho pedagógico e a gestão da escola como um todo. Assim sendo, a forma escolar desenvolve uma educação não autoritária, que inibe mecanismos de submissão e produção da conformidade, porém nos limites impostos pelas relações sociais atuais marcadas pelo capital (FARIAS et al., 2015, p. 146).

Notamos, portanto, como a auto-organização tem uma relação intrínseca com a gestão escolar. Garantir a auto-organização possibilita a gestão democrática. Por meio da alteração das relações de poder, ou seja, horizontalizando as relações existentes entre educadores/as e estudantes (Farias et al., 2015).

Já mencionamos que as bases conceituais da auto-organização são da Escola-Comuna da União Soviética.

⁴ A Escola-Comuna é uma escola experimental organizada principalmente pelo pedagogo russo Pistrak, tem como objetivo alterar o modelo educacional vigente na Rússia anterior à revolução, tendo em vista a consolidação do socialismo naquele período e contexto histórico.

A expressão “auto-organização” estamos tomando do pedagogo russo Pistrak, para especificar o processo de criação do coletivo de alunos/alunas numa escola. Auto-organizar-se significa ter um tempo e um espaço para que se encontrem, discutam suas questões próprias, tomem decisões, incluindo aquelas necessárias para a sua participação verdadeira no coletivo maior de gestão da escola. (MST, 2005, p. 173).

No período anterior a revolução socialista, a escola na Rússia era considerada um instrumento da classe dominante, ou seja, atendia as demandas do regime societário que vivenciava, daí a necessidade da escola pós revolução Russa esclarecer a essência de classe, tendo em vista que a escola é um órgão social (Pistrak, 2013).

No desnudar dos interesses de classe, na agudização de todas as questões da vida como questões de luta de classes, no esclarecimento e estabelecimento de tarefas sociais da classe vencedora está a garantia do sucesso da luta contra a sociedade de classes em geral. (PISTRAK, 2013, p. 112).

Com os objetivos da construção revolucionária Pistrak, assegura que alguns conceitos e terminologias, podem ser utilizados na nova escola, mas, “o conteúdo, as formas organizacionais e os objetivos da escola devem ser novos” (PISTRAK, 2013, p. 112), uma vez que, os sujeitos lutariam para a superação da divisão em classes sociais, construindo uma nova ordem social.

Outra questão apontada por Pistrak (2013), é que a escola deve desenvolver o seu trabalho a partir de ideias sociopedagógicas determinadas, ou seja, possuir uma direção, abarcando naquele período revolucionário os objetivos da formação comunista. Contudo, a escola precisa ter ligação com a atualidade e se identificar com a mesma, para deste modo, ser capaz de formar e propor ações sobre a atualidade.

A tarefa básica da escola é o estudo da atualidade, o domínio dela, a penetração nela. Isso não significa, evidentemente, que a escola não deva familiarizar-se e estudar o passado coexistente; se isso a escola faz e fará, mas ela deve claramente compreender que são exatamente apenas fragmentos do passado. (PISTRAK, 2013, p. 114).

A auto-organização se liga com a questão do estudo da atualidade. De acordo com Pistrak, a auto-organização não é algo novo na escola, no entanto a burguesia a adaptou de acordo com as exigências do regime vivenciado, segundo ele o princípio da autodireção sempre esteve presente na escola consolidada no capitalismo, embora sem uma perspectiva voltada para os objetivos da classe trabalhadora. Neste sentido, o autor afirma que a burguesia por partir apenas das questões psicológicas no que refere-se a autodireção, acabou expulsando a política da escola (PISTRAK, 2013).

Entendemos que esse modelo escolar tem uma intencionalidade voltada para atender ao interesse de uma classe, a classe burguesa, já que intencionalizar pedagogicamente os trabalhadores de modo a compreender que é explorado é um problema à burguesia.

Partindo desta lógica, a preocupação da escola soviética era estabelecer quais seriam os objetivos da auto-organização, tendo em vista a relação com os objetivos das tarefas na construção revolucionária. Para tanto, Pistrak afirma que naquele momento era um momento de luta e de construção, sendo necessário desenvolver nos sujeitos três habilidades, “1) habilidade de trabalhar coletivamente, habilidade de encontrar seu lugar no trabalho coletivo; 2) habilidade de abraçar organizadamente cada tarefa; 3) capacidade para criatividade organizativa” (PISTRAK, 2013, p. 121).

Trabalhar coletivamente exige saber coordenar e ser coordenado, todo educando deve vivenciar momento de dirigir e ser dirigido. Abraçar organizadamente as tarefas desenvolve nos estudantes a capacidade de se auto organizar. A criatividade organizativa, segundo Pistrak (2013, p. 121), “podem ser desenvolvidas nas crianças apenas em condições suficientes de liberdade e iniciativas nas questões organizativas”.

Mas todos estes objetivos da autodireção não pode ser atingidos se a autodireção das crianças é apenas uma brincadeira. É preciso estabelecer, de uma vez por todas, que as crianças, e especialmente um jovem, não apenas se prepara para a vida, mas vive agora sua grande vida real. É preciso organizar esta vida para ele. A autodireção deve ser para ele um assunto realmente grande e sério, com obrigações e responsabilidades sérias. (PISTRAK, 2013, p. 121-122).

Portanto ela é uma prática concreta, da qual exige seriedade. Neste viés, Pistrak afirma que a auto-organização tem grande relevância e possui fundamentação sociopedagógica, sendo necessário a sua relação com o trabalho.

[...] a auto-organização dos estudantes pode aparecer e deve criar-se ao redor de determinada tarefa, próxima dos interesses das crianças, que parte da sua vida comum na escola e exija a aplicação do trabalho. Tal tarefa define o círculo das obrigações e o âmbito de responsabilidade. (PISTRAK, 2013, p. 122).

Shulgin, defende que a melhor forma de inserir as crianças ao mundo do trabalho, é a partir do trabalho, para ligar-se a classe que constrói, vivenciando a sua ideologia.

[...] o trabalho é uma forma de introduzir os estudantes na família trabalhadora mundial para participar de sua luta, compreendê-la, seguir sua história do desenvolvimento da sociedade humana, obter a experiência do trabalho, de organização coletiva, aprender a disciplina do trabalho. Para nós, o trabalho é o fundamento da vida, o fundamento do trabalho educacional, [...]. Assim fundem-se em uma unidade indivisível de autogestão o trabalho, a atualidade, e assim são puxados, desafiados para a vida pelo caminho do desenvolvimento econômico, que exige portanto uma escola necessária para a classe-construtora, a classe operária, uma escola que cria um lutador e construtor da vida. (SHULGIN, 2013, p. 42).

A escola deste modo, tem o compromisso de criar mecanismos que possibilitem a auto-organização dos estudantes, levando em consideração a complexidade de cada tarefa, é o momento em que eles construirão juntos a escola almejada, tornando-se ativos na mesma.

Segundo Pistrak (2013), desde cedo as crianças devem aprender a não subordinar-se, ou seja, desde pequenas podem influenciar no desenvolvimento da escola, tendo clareza dos seus objetivos. Nas Escolas Itinerantes, esse processo não é diferente, pois o seu objetivo é formar lutadores e construtores de uma nova sociedade, portanto, se faz necessário que estes compreendam qual é o seu papel frente a transformação da sociedade.

Somente na atividade pode a criança formar-se para ser ativa, somente na ação aprende a agir, somente na realidade, participando da criação de formas cada vez mais novas, mesmo num organismo social pequeno como a escola, aprendem a participar conscientemente, do mesmo modo, no trabalho que diz respeito às formas de ordem estatal e mundial. (PISTRAK, 2013, p. 125-126).

Outro fator mencionado por Pistrak é a aproximação que a auto-organização estabelece com as organizações, para além da sala de aula.

Pela Escola Itinerante estar situada em um contexto de luta pela terra, conforme abordado no capítulo anterior, percebemos em entrevistas realizadas com os estudantes do primeiro e segundo ciclo da Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira, que a auto-organização aproxima os estudantes de organizações, quando perguntado quais eram as atividades que participavam além da escola, disseram:

Pedágio, Encontro dos Sem Terrinhas [...] Encontro do Sem Terrinha nós vai, nós fica num lugar, que nós fica dormindo de noite, aí nós sai pelas ruas, pra lutar, por nossos direitos, por Reforma Agrária. [...] No pedágio nós abre as cancelas para os carros passar sem pagar. (Educandos 1º e 2º ciclo, abril de 2018).

Pistrak, nesta perspectiva, defende o quão importante é permitir aos estudantes que se manifestem fora da escola:

Aqui é muito importante também o objetivo de dar às crianças a possibilidade de manifestar e paulatinamente, exercitar seus hábitos organizacionais em outras condições, fora da escola, em escala mais ampla, em ambiente mais complexo; deve ensiná-las a trabalhar amigável e planejadamente com crianças e adultos de outras instituições. A escola deve introduzir as crianças no estudo *prático* da vida atual, na prática de sua construção. (PISTRAK, 2013, p. 126).

Notamos que a escola, contribui para que os estudantes sejam inseridos na luta, pois na escola do MST a auto-organização conecta-se a luta deste Movimento, principalmente na luta pela Reforma Agrária:

Outro desafio a que a auto-organização se conecta é a luta pela Reforma Agrária, pois além de estudar sobre a questão, os sujeitos participam dela na prática, organizando-se desde os coletivos estudantis para participarem nas jornadas de luta, nas ocupações de pedágios etc. Assim, o ensino e a auto-organização perpassam o cotidiano da escola, contribuindo com uma maior intencionalidade formativa para a formação de lutadores e construtores de uma sociedade mais justa. (FARIAS et al, 2015, p. 152).

Defendemos portanto a auto-organização dos estudantes, uma organização voltada para o conhecimento, que perpassa a sala de aula, que contribua na participação efetiva dos

estudantes no fazer da escola e para além disso, que insira os mesmos no trabalho organizativo, livre da submissão das empresas privadas, exercitando a capacidade de organização, criatividade e autonomia, tendo em vista, uma escola com gestão coletiva, seguindo uma concepção democrática, uma democracia que de fato aconteça, onde todos os sujeitos envolvidos atuam sobre ela, de modo, a construir novas relações no meio escolar.

Assim sendo, acreditamos que este capítulo proporcionou uma melhor compreensão do papel do educando na escola, bem como reafirmar qual o papel da participação deles para organizar a escola de uma forma que tente romper com a naturalização da hierarquia comum nas instituições escolares, comprometendo-se com uma gestão democrática.

4 A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NA ESCOLA ITINERANTE VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA COMO FERRAMENTA DE CONSTRUÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O presente capítulo visa analisar a experiência da auto-organização desde a Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira, está composto de uma abordagem histórica da escola articulada a sua proposta pedagógica com os elementos presentes no primeiro capítulo, buscando assim compreender a auto-organização dos estudantes nesta escola. Para enriquecer a análise traz relatos de educandos, educadores e comunidade. Por fim analisamos como essa auto-organização contribuiu na gestão desta escola e para o processo educativo para formar lutadores e construtores de uma nova sociedade.

4.1 A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA ITINERANTE VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA

A Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira, é fruto da luta de famílias acampadas pelo direito a educação no lugar em que vivem, voltada para a realidade dos mesmos. Está em funcionamento desde o ano de 2008, sendo que recebeu em sua maioria, educandos e educadores da Escola Itinerante Zumbi dos Palmares⁵.

Para adentrarmos as questões históricas desta escola é preciso também trazer elementos históricos do acampamento em que a mesma está constituída. De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento Companheiro Keno – PDA (2012), o processo de construção deste acampamento é anterior a entrada na área da fazenda Itapema, localizada no município de Jacarezinho. Em janeiro de 2006 inicia as instalações de um acampamento as margens de uma rodovia, com cerca de 700 famílias durante a ação, as famílias que ficaram acampadas eram oriundas de comunidades periféricas de Jacarezinho, muitas destas atraídos pela informação de que receberiam cestas básicas.

Após um período acampadas nas margens da rodovia, receberam a contribuição de outros integrantes do MST, vindos de um assentamento de Jundiá do Sul, Paraná, para levantar um acampamento na beira da estrada rural próximo à fazenda Itapema. No entanto, houve muitas desistências devido as situações vivenciadas pelas mesmas, chegando a ter no acampamento aproximadamente 30 famílias, conforme notamos na citação abaixo.

⁵ A Escola Itinerante Zumbi dos Palmares foi umas das primeiras Escolas Itinerantes do estado do Paraná, localizada no Acampamento 1º de agosto, no município de Cascavel. Em 2008 algumas famílias que moravam no acampamento citado se mudaram para Jacarezinho para contribuir na organização dos acampamentos presentes neste município.

Durante o período, as famílias acampadas passaram diversas dificuldades, muitas vezes enfrentavam condições desumanas de moradia, lhes faltava comida, água e fazia muito calor. E encurralados entre a cerca de uma fazenda e a estrada, diariamente conviviam com o risco de atropelamento devido o fluxo de carros, caminhões e ônibus que trafegavam na rodovia muito próxima aos barracos de moradia. [...] Estas dificuldades fizeram com que muitas famílias desistissem do sonho da conquista da terra. (Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira, 2015, p. 01).

Em junho de 2007, a fazenda Itapema é declarada improdutivo, as famílias acampadas na beira da estrada adentraram o território organizando um novo acampamento, pois a fazenda havia sido desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em seguida ao processo de ocupação é promulgado o Decreto de Desapropriação da fazenda Cambará. Deste modo, os acampados ocupam a fazenda a Cambará e as famílias se dividem, sendo que um grupo passa a morar nesta fazenda, hoje, assentamento Companheiro Keno (INCRA, 2012). Ambos acampamentos receberam o nome de Terra Rocha.

Passado algum tempo, a liderança do acampamento (fazenda Itapema) passa a realizar desvios, sendo suas atitudes não condizentes com a organização do Movimento. Neste sentido, a mesma é afastada daquele espaço. Em agosto de 2008 cerca de 113 famílias vindas de outros acampamentos da região oeste do Paraná se somam na luta com as famílias dos dois espaços citados acima, a fim de reorganizar os acampamentos a partir dos princípios organizativos do MST.

Deste modo as famílias discutiram coletivamente o novo nome do acampamento e pelo fato de uma boa parte das famílias se originarem da região oeste e terem convivido com o militante Valmir Motta de Oliveira, conhecido como Keno – militante do MST assassinado a mando da empresa transnacional Syngenta-, optou-se por homenageá-lo e reforçar a importância da luta pela terra. (ESCOLA ITINERANTE VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA, 2015, p. 02)

A maioria das famílias oriundas da região oeste tinham seus filhos estudando em Escola Itinerante, a mudança destes educandos para escolas da cidade acarretou problemáticas, pois os mesmos alegavam estar sofrendo preconceito por serem Sem Terra, além de não estarem estudando de acordo com a realidade vivenciada por eles. Neste sentido, as famílias pautam a necessidade de ter uma escola no espaço em que viviam.

Assim deu-se continuidade ao atendimento escolar das crianças dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que vieram de outros acampamentos que estavam matriculadas em outras Escolas Itinerantes como: Escola Itinerante Zumbi dos Palmares - acampamento 1º de Agosto; Escola Itinerante Oziel Alves – acampamento Casa Nova; Escola Itinerante Novo Caminho do Campo – acampamento 1º de Setembro e Escola Itinerante Terra Livre – no acampamento Terra Livre. Portanto, as aulas começaram no dia 20 de setembro de 2008 em espaços improvisados. (Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira, 2015, p. 03)

Um dos fatos que chamam a atenção são os limites encontrados no diálogo com as famílias que moravam nestes acampamentos, pois as mesmas tinham receio de tirar seus filhos das escolas da cidade por não conhecerem a proposta da Escola Itinerante, mas em consenso coletivo, todos os educandos passaram a estudar na Escola Itinerante (ESCOLA ITINERANTE VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA, 2015).

Antes de construir a escola, as aulas eram realizadas em lugares improvisados, como o casarão da fazenda e construções antigas, de ambos os acampamentos. A situação neste período era precária, mas havia uma organização das próprias famílias para construírem um espaço próprio para a escola.

No ano de 2009 a escola passa a atender além do anos iniciais do Ensino Fundamental, os educandos dos anos finais do Ensino Fundamental. Através de luta, reivindicação na prefeitura municipal de Jacarezinho organizada pelas famílias acampadas, foi conseguido, neste mesmo ano, os materiais para a construção da escola. Com isso, os educandos passam a ter um espaço específico para estudarem.

[...] neste momento iniciaram-se diálogos e discussões em torno de qual seria o melhor espaço para a construção da mesma, chegou-se ao consenso que o melhor espaço tendo em vista a quantidade de educandos/as seria a fazenda Itapema conhecida como Acampamento Valmir Motta de Oliveira. (ESCOLA ITINERANTE VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA, 2015, p. 06)

De acordo com relatos dos educandos a estrutura física da escola foi feita pela comunidade, “Bom foi uma construção realizada pela comunidade” (Estudante 2, abril de 2018), “a comunidade veio construiu, ajuda nas reformas quando precisa” (Estudante 3, abril de 2018). Reafirmamos, portanto, que a escola no MST, é construída pelos acampados e assentados, fruto de uma organização coletiva. Mediante entrevistas os educandos afirmaram que eles também ajudavam quando necessário na manutenção da escola, conforme afirma uma estudante:

No começo quando a escola foi construída, eu não lembro muito assim, mas eu lembro que a gente ajudava, assim, ai depois que passou um tempo quando foi, tipo, fizeram as paredes e tudo, ai com o tempo foi estragando tudo, ai a gente vinha e reconstruía de novo, assim, todas as vezes. (Estudante 1, abril de 2018).

Em 2010 a Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira amplia seu atendimento, atendendo também os educandos do Ensino Médio. Os educadores que atuam na escola com os anos iniciais do Ensino Fundamental são atuantes no MST, sendo moradores do acampamento Valmir Motta de Oliveira e do assentamento Companheiro Keno, os demais educadores são da

rede estadual de ensino, sendo contratados via Processo de Seleção Simplificado (PSS) ou Quadro Próprio do Magistério (QPM).

A proposta desta escola vincula-se a concepção de educação defendida pelo MST, trabalha com os Ciclos de Formação Humana e com os Complexos de Estudo. Sendo que, a proposta dos Complexos de Estudo começa a ser introduzido na escola no ano de 2013, contudo, por ser uma proposta nova para os educadores que atuam neste espaço, encontrava-se limites no desenvolvimento desta proposta. A fim de sanar as limitações apresentadas por estes, são organizados pela escola algumas formações.

[...] o coletivo de educadores/as dos anos iniciais se dispôs a estudar, compreender e auxiliar na implementação deste experimento em toda a escola, assim foi realizado estudos com a comunidade e com os estudantes sobre a nova forma de organização da escola que perpassa pela auto organização dos educandos e se concretiza nos núcleos setoriais. Sendo estes espaços em que os/as educandos/as realizam planejamentos de atividades a serem realizadas, tomadas de decisões, avaliações e tarefas que contribuem no funcionamento da escola. (ESCOLA ITINERANTE VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA, 2015, p. 10)

Deste modo, foram organizados em 2013 os seguintes NS: “Memória, Saúde e Bem Estar, Comunicação e Cultura, Finança e Apoio ao Ensino” (ESCOLA ITINERANTE VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA, 2015, p. 10). É importante ressaltar que as escolas tem autonomia para decidirem quais NS serão organizados pelas mesmas, de acordo com a sua realidade local. A Escola Itinerante Valmir Motta optou por realizar os citados acima.

Neste momento as aulas ocorreriam nos três turnos, os educandos de cada turno se reuniam e planejavam as ações a serem desenvolvidas. Porém, a escola encontrou limites, pois, os educandos do noturno não tinham uma participação efetiva, sendo eles os educandos do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Também não conseguiram ampliar o tempo aula, conforme demanda a proposta e os encontros dos NS não tinham uma rotina para ocorrer, que demonstrava uma falta de planejamento ou problemas na execução do planejamento

Em relação a Comissão Executiva da Assembleia, os encontros ocorreriam de modo alternado, sem uma sequência, participavam deste, os educandos coordenadores de cada NS, representantes do coletivo de educadores e a coordenação pedagógica, não conseguindo ter a participação de representantes da comunidade (ver figura 2). Nestas reuniões foram realizados estudos acerca da proposta da auto-organização que vinha sendo implementado pela escola (ESCOLA ITINERANTE VALMIR MOTA DE OLIVEIRA, 2015). Foram realizadas também assembleias gerais, cuja finalidade era deliberar as ações a serem desenvolvidas pelo coletivo dos NS.

[...] na tentativa de superar as dificuldades do ano anterior estruturou-se no ano de 2014 os seguintes núcleos setoriais: Apoio ao Ensino e Comunicação; Memória; Agrícola; Embelezamento, Saúde e Bem Estar e Finança/ Estrutura. Conseguimos aumentar o tempo e garantir um dia fixo na semana para reunir os núcleos setoriais, organizamos os núcleos setoriais por período de aula e ampliamos o tempo escolar da seguinte forma: período da manhã (anos iniciais)- 30 minutos todos os dias da semana para a realização dos tempo educativos (tempo leitura, tempo oficina e núcleo setorial); período da tarde (anos finais e primeiro ano do Ensino Médio): 30 minutos duas vezes por semana (segunda e quinta-feira) tempo núcleo setorial e tempo leitura. Já no segundo e terceiro ano do Ensino Médio que acontece no período da noite, não foi possível ampliar o tempo, no primeiro semestre reuníamos com frequência, nas segundas-feiras e quinta-feira. No segundo semestre não foi possível dar continuidade nesse cronograma, sendo realizados de acordo com as condições e organizações dos professores. (ESCOLA ITINERANTE VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA, 2015. p. 13)

Notamos, portanto, um avanço significativo na implementação da proposta, potencializando, neste véis, a auto-organização do estudantes, mas, não foi possível dar sequência nesta lógica organizativa. Segundo a escola (2015), no ano de 2014, houve um avanço significativo no entendimento da auto-organização pelos educandos. Com os educandos do Ensino Médio houve de fato uma organização autônoma, sendo necessário algumas problematizações acerca da proposta levantada pelos mesmos. Com os educandos dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental também, embora necessitassem de uma cobrança quanto a realização das demandas e compreensão do papel da auto-organização dos estudantes.

Antes da implementação dos Complexos na escola, os estudantes desenvolviam a auto-organização, contribuía na escola, se envolviam nos processos de luta juntamente com a escola, participando das mobilizações, formações, encontros diversos, bem como na defesa da Escola Itinerante, conforme expressa uma educanda: “Para, para continuarmos com nossa escola, quando sofremos algumas ameaças nos reunimos entre alunos, fazemos pautas e o que for preciso para que a escola continue aqui” (Estudante 2, abril de 2018).

Nos anos de 2015, 2016 e 2017 a escola não conseguiu concretizar os Núcleos Setoriais, assim, os educandos realizaram a auto-organização em torno da organização do Tempo Formatura, limpeza das salas e de alguns estudantes envolvidos no projeto da Horta Floresta.

4.2 A CONTRIBUIÇÃO DA AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES NA GESTÃO DA ESCOLA

Como dito anteriormente a auto-organização é anterior aos Complexos de Estudo. Os Núcleos Setoriais tem como objetivo potencializar a auto-organização, pois é um exercício concreto da mesma. Na Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira, esse fato não ocorreu de modo distinto.

Para adentrar em como ocorre a auto-organização dos estudantes na escola, realizamos algumas entrevistas com os educandos, estes relataram como que ocorre na escola. Ao questionar quais momentos os educandos participam autonomamente nas atividades da escola, um dos entrevistados disse ser o NS.

É nos Núcleos Setoriais as vezes, que tipo tem vários grupos, aí tem o embelezamento e o agrícola, participam mais das melhorias da escola assim, aí tipo, nós vai lá e cada um meio que escolhe o seu grupo, aí cada um faz uma tarefa, aí cada um fica na que mais agrada assim. (ESTUDANTE 1, abril de 2018)

Notamos que há uma compreensão de que o Núcleo Setorial é um espaço de Organização dos estudantes, outro fator mencionado é a forma como os educandos participam dos Núcleos Setoriais, sendo que cada opta pelo o que mais se identifica. Outra entrevistada afirma também ser o NS e acrescenta abordando a autonomia dos estudantes no Tempo formatura,

Vou falar novamente do Núcleo Setorial, porque é o momento em que podemos se organizar quanto estudantes para melhorar a escola, também tem o tempo de formatura onde podemos fazer místicas, lembrar datas importantes para a nossa escola ou comunidade. (ESTUDANTE 2, abril de 2018)

No entanto, um dos entrevistados relata a necessidade de sempre ter alguém os direcionando, “Ah, é muito difícil de ter por conta própria. Sempre tem que ter uma pessoa, empurrando, dando empurrão neles, se não eles não vão de jeito nenhum.” (ESTUDANTE 3, abril de 2018).

Notamos, portanto, que os estudantes realizam as atividades, porém, falta autonomia dos estudantes em participar da vida escolar. Há a necessidade de um direcionamento quanto a execução do que foi planejado. Nesta mesma perspectiva, os educandos do 2º e 3º ciclo afirmaram ao serem questionados sobre a elaboração do planejamento de cada Núcleo Setorial que este é realizado juntamente com os educadores da escola, “São os professores e nós também. Planeja, nós tira pra ver quem vai ser coordenador, escrevão (relator)” (EDUCANDOS 2º e 3º ciclo, abril de 2018).

Uma educadora afirma que há a necessidade do acompanhamento dos educadores, sendo que há resistência de alguns educandos quanto a participação nas atividades da escola.

Percebo que os educandos participam, quando se tem uma atividade planejada e com o acompanhamento dos professores, porém tem alguns que apresentam resistência em participar das atividades propostas pelo coletivo da escola. (EDUCADOR 2, maio de 2018).

Seguindo esta lógica, Pistrak aponta a necessidade do educador e qual o seu papel na auto-organização.

Nem por um minuto pensamos que a criança tudo possa fazer por si mesma, que nas questões da auto-direção o professor não deva jogar nenhum papel. Isto não é verdade: o professor sempre dirige o trabalho na auto-organização, ele deve a seu tempo dar ajuda e conselho, ele deve discretamente dirigir pelas crianças, mas não tutelá-las exageradamente. Isso apenas prejudicará o êxito dos objetivos propostos. (PISTRAK, 2013, p. 124)

Farias et al (2015, p. 158), abordam a necessidade da relação que o NS deve ter com o conhecimento, sendo que “o papel do educador que acompanha o núcleo setorial é diferenciado, pelo seu papel de mediador, delegado pelo coletivo pedagógico para intervir nas ações, orientando e encaminhando o estudo”. Acreditamos que tanto Pistrak, assim como Farias et al abordam questões relevantes quanto o papel do educador, afirmando a necessidade de mediação dos mesmos nesta instância organizativa, mas tendo clareza que, são os educandos os protagonistas, possibilitando avanços dos estudantes.

Os educandos relataram também quais são as atividades que os mesmos desempenham na escola, e qual a relevância destas atividades. Deste modo afirmaram, “Ah quando tem o projeto da horta ali, o tempo formatura principalmente, no núcleo setorial, nós fazemos uns negócios lá bonito.” (ESTUDANTE 3, abril de 2018). Os educandos menores abordaram ser nos Núcleos Setoriais o momento para desenvolverem atividades, bem como o trabalho na horta escolar, conforme notamos em seus argumentos, “Nos Núcleo Setorial. Nós plantamos, regamos e tudo que nós colhemos lá vai para cozinha.” (EDUCANDOS 1º e 2º ciclo, abril de 2018).

Outras atividades relatadas são em conjunto com os educadores

[...] ajudando limpando, ajudando os professores, quando o professor precisa e pede ajuda. Na organização da festa da escola. Ajudando na organização do espaço. Cuida da horta, do bosque, tirar foto. Arrumar a sala. (EDUCANDOS 2º e 3º ciclo, abril de 2018).

Problematizando as maneiras de auto-organização estudantil Pistrak (2018), afirma que há dois tipos de auto-organização, a primeira voltada para ajudar a escola e o professor, o que do seu ponto de vista é um limite, pois, gera uma comodidade para a escola e para o professor. A auto-organização necessita ir além de ajudar professores quando estes precisam.

O primeiro é quando a auto-organização tem o objetivo de ajudar a escola e o professor, isto é, a questão em princípio é externa aos interesses das crianças. Esta auto-organização destina-se a apoiar um regime escolar determinado, no qual o ensino escolar deve ser acomodado confortavelmente; ela deve trabalhar formas que ajudem a cumprir, de forma exitosa, o horário diário traçado pelos *adultos*. Com este enfoque, teremos muitas vezes não a união das crianças num coletivo, mas, ao contrário, uma certa estratificação, na medida em que uma parte das funções será transferida dos adultos para as mãos de parte das crianças, as quais parcialmente governam e dirigem toda a massa de crianças restantes, sem que estas tenham suficiente convencimento da necessidade de subordinarem-se. (PISTRAK, 2018, p. 230)

Defendemos a potencialização da auto-organização para que este primeiro tipo seja superado, exercitando uma organização vinculada a vida e que faça sentido aos estudantes. Pistrak (2018), aponta qual o segundo tipo de auto-organização, sendo que ocorre gradativamente conforme vai se consolidando o coletivo infantil na escola, o qual compreendemos que necessita acontecer nas escolas.

O segundo tipo de auto-organização cresce gradualmente na medida em que se desenvolve o coletivo das crianças, na medida em que o círculo de interesses das crianças se amplia, na medida em que cresce a *necessidade* da organização. Esse tipo é mais duradouro, mais sólido e, além disso, cria condições favoráveis para o desenvolvimento de *novos* interesses nas crianças, para ampliar o círculo de aspirações; a própria organização torna fecunda a descoberta de aspirações das crianças. Mas esse tipo de auto-organização coloca perante nós uma série de exigências. (PISTRAK, 2018, p. 231)

Os educandos apresentaram também quais são os Núcleos Setoriais realizados na escola no decorrido ano e as demandas planejadas em cada um. Sendo eles: NS Agrícola, Embelezamento e Registro e Memória. Abaixo apresentamos um quadro com tais informações:

Quadro 3 – Atividades do NS

| NÚCLEO SETORIAL | ATIVIDADES |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Agrícola | “Agrícola meche na horta da escola. (ESTUDANTE 2, 2018). O nosso nós fazemos os canteiros, plantamos, colhemos, regamos e vai tudo pra cozinha (da escola), faz lanche pra nós comer, faz uma comida.” (EDUCANDOS 1º e 2º ciclo, 2018); |
| Embelezamento | “Embelezamento meche mais na parte física, embeleza a escola” (ESTUDANTE 2, 2018). “A gente quer tirar o lixo, a gente vai pro bosque, a gente planta algumas flores, daí a gente vai rastelar o bosque.” (EDUCANDOS 1º e 2º ciclo); |
| Registro e Memória | “A memória relata os acontecimentos da escola” (ESTUDANTE 2, 2018) “Da memória que tira as fotos e registra tudo” (EDUCANDOS 2º e 3º ciclo); |

Fonte: Educandos Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira

Notamos, em tais relatos que as atividades realizadas pelos educandos fica no âmbito do autosserviço beneficiando a escola, uma vez que o autosserviço são as atividades que giram em torno da escola, pois é uma necessidade dela, como por exemplo o trabalho na horta, limpeza dos espaços da escola, etc., não tendo uma relação com o trabalho socialmente necessário. Sendo que há também uma centralidade nos Núcleos Setoriais, sendo que o trabalho na horta é demanda do Núcleo Setorial Agrícola e organização física da escola do Núcleo Setorial embelezamento.

Conforme citado os trabalhos desenvolvidos pelos Núcleos Setoriais na Escola Itinerante devem ter relação com os conhecimentos historicamente sistematizados pela humanidade, daí a necessidade de assegurar que o educador também participe dele, como o mediador. Neste sentido, Farias et al (2015) apresentam um quadro em que trata a relação dos NS com o conhecimento. Apresentamos agora tal quadro, abarcando os NS presentes na escola em questão.

Quadro 4 – Núcleos Setoriais e sua relação com o conhecimento

| Núcleo Setorial | Funções que os estudantes exercem | Conhecimentos relacionados |
|------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Memória | São responsáveis por guardar a memória da escola; produzem registros escritos da vida coletiva da escola, através de três instrumentos: a) Diário da Escola, b) Pasta de acompanhamento das Práticas Pedagógicas dos Complexos, c) Arquivo Fotográfico e audiovisual. | Ortografia, redação, tipologias de textos, organização e arquivamentos de documentos, leitura com entonação, etc. |
| Embelezamento | Organizam os espaços, possibilitando a primazia do belo na escola. Proporcionam que os espaços da escola, mesmos improvisado, sejam acolhedores em harmonia com a natureza e a produção humana. Auto-organizam-se através de três atividades: plantio de flores, árvores, arbustos, ou seja, o ajardinamento da escola; a organização estética da escola: identificação dos espaços, exposição de trabalhos; e a valorização dos símbolos na escola. | Estética, organização de ambientes, plantio e cuidado com plantas e flores ornamentais. Os símbolos, bandeiras na escola, exposição e artes na escola. |
| Agrícola | São responsáveis pelas práticas agrícolas na escola e possibilitam a vivência do cuidado com a terra e com o meio ambiente. Planejam a | Práticas na vida no campo, desde o planejar o plantio a colheita, com base em |

| | | |
|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|
| | produção de alimentos para consumo na escola e na comunidade através das hortas agroecológicas, pomar e plantios de outros alimentos, também a criação de animais. | conhecimentos científicos sobre a produção agrícola. |
|--|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|

Fonte: FARIAS et al, 2015, p. 156-157

A partir das atividades mencionadas pelos educandos e do quadro 4, notamos que há algumas limitações em seu desenvolvimento, uma vez que, no desenvolvimento do Núcleo Setorial na Escola Itinerante Valmir Motta não são previstas as atividades acima, caindo no espontaneísmo e no fazer sem refletir, o que impede o desenvolvimento por completo.

Farias et al (2015, p. 152), afirmam que “O processo de auto-organização toma como base os desafios de funcionamento da gestão do cotidiano escolar, mas também os desafios da comunidade”. Com base nesta questão, os educandos do 1º ciclo afirmaram que participam da gestão escolar, dizendo que, “Nós participa. Nós participa das reuniões dos pais, nós fala o que precisa fazer na escola. A gente ajuda falando o que precisa fazer na escola, na horta, dando sugestões.” (Educandos 1º e 2º ciclo, abril de 2018).

Os educandos do 2º e 3º ciclo foram questionados quanto aos momentos que estes contribuía nas tomadas de decisões, assim, afirmaram que o momento em que percebem que conseguem propor ideias para contribuir na gestão da escola são nos Núcleos Setoriais, uma vez que desenvolvem atividades específicas, conforme notamos em seus comentários: no “Núcleo Setorial. Foi dividido em núcleos, aí tem o núcleo do embelezamento, pra tentar deixar a escola mais bonita. Da memória que tira as fotos e registra tudo e o agrícola que meche com a horta e várias coisas” (Educandos 2º e 3º ciclo, abril 2018).

Uma educanda do Ensino Médio alega que nos Conselhos de Classe Participativo⁶ contribuem propondo ideias, bem como outros momentos coletivos de tomada de decisão,

“Nos Conselhos de Classe, nos Núcleos Setoriais e quando queremos apresentar alguma ideia é só conversar com a coordenadora e se todos aprovarem a ideia, tanto os coordenadores como os educandos, daí podemos executá-la” (ESTUDANTE 2, abril de 2018).

Deste modo, é perceptível que a escola dispõe de outros momentos em que se discute as problemáticas da escola e estes espaços também necessitam de uma auto-organização dos estudantes.

⁶ Logo mais nos adentramos na explicação do Conselho de Classe Participativo.

Outra atividade desenvolvidas pelos educandos, conforme mencionado é o Tempo Formatura, apresentado na proposta como Tempo Abertura.

Neste tempo educativo, toda a coletividade se encontra para vivenciar a mística. Ocorre a conferência dos núcleos e das turmas com as suas palavras de ordem, é entoado o hino, música ou mesmo são realizadas apresentações previamente agendadas. E neste tempo são feitos os informes necessários a cada dia e a equipe responsável pela vivência da mística na coletividade desenvolve esta atividade. (MST, 2013, p. 26)

Os educandos relataram o modo como este tempo educativo acontece na escola, sendo que é realizado duas vezes por semana e cada turma fica responsável por organizar o Tempo Formatura conforme o cronograma feito no início do ano.

É tipo toda a semana, a gente duas ou três vezes por semana, aí vai uma sala, apresenta, faz uma apresentação, canta o hino (do movimento) e cada sala tem seu grito de ordem. Nós que faz, nós conversa com nossos professores coordenadores e cada sala faz o seu a sua apresentação. (ESTUDANTE 1, abril de 2018).

Ainda sobre o Tempo Formatura, os educandos do 2º e 3º ciclo apontaram que (abril de 2018): “Nós pega e faz um grupo na sala e pega todos da sala e nós toma a ideia e tenta fazer uma mística, ou uma apresentação legal. Nós chama pra gritar os gritos de ordem de cada turma, cantar o hino do Movimento, o hino Nacional.” Este é um momento que eles se organizam, trazendo presente a mística, conforme dito pelos mesmos.

Em entrevista com pessoas da comunidade, obtivemos a seguinte informação referente a auto-organização, fazendo menção também ao Tempo Formatura, tendo em vista o que este tempo educativo contribui na formação dos educandos, a consciência forjada nos mesmos quanto a importância de manter a escola organizada. Destacamos aqui a importância que a família dá para a participação dos estudantes, entendendo a auto-organização como um momento de formação humana.

Na minha opinião eu vejo assim, eu e toda a comunidade, que as crianças, tem o tempo de formatura, que ali eles aprendem a desenvolver a aprendizagem deles e também consegue perder a timidez e sobre a limpeza da escola, que ali eles consegue, eles ficam bem ciente que eles faz a sujeira, eles tem que limpar, eles tem que se organizar, manter a escola sempre organizada, porque não temos ninguém para fazer isso na escola. (FAMÍLIA 1, abril de 2018)

A grande maioria dos entrevistados mencionaram a limpeza da escola como forma de auto-organização, no entanto, há a necessidade da escola superar este aspecto, realizando também o trabalho socialmente necessário. De acordo com Shulgin (2013) o trabalho socialmente necessário precisa ser útil, ter valor pedagógico e ter conformidade com a idade das crianças.

A comunidade relata ainda a relação dos estudantes mediante a luta do Movimento ao qual estão inseridos.

Bom a relação deles, são uma relação boa, que são umas crianças que eles não tem vergonha de ser do Movimento, da organização, não tem vergonha de ser um Sem Terra. A maioria tem orgulho de ser um Sem Terra que eles estão junto com os adultos nas lutas, eles fazem a frente e gostam muito de estar na organização. (FAMÍLIA 1, abril de 2018)

Os educandos também trouxeram presente a questão da participação nas mobilizações, relatando que lutam pela Reforma Agrária, conforme notamos nos comentários a seguir: “Sim participamos, vamos em manifestações, cursos e esses cursos ajudam a gente a melhorar mais nossos conhecimentos.” (ESTUDANTE 2, abril de 2018).

Os educandos do 2º e 3º ciclo mencionaram que participaram do Encontro dos Sem Terrinhas e o que acontece neste espaço de luta: “Reúne crianças, daí vão fazer as manifestação, gritar uns gritos de ordem do Movimento. A gente pede ajuda, pra trazer alimentos pra escola, pra arrumar a escola, material pra arrumar a escola.” (EDUCANDOS 2 e 3º ciclo, abril de 2018).

Segundo uma educadora a relação dos estudantes com o Movimento é boa e diz que eles são bastante participativos.

É boa, eles, eu vejo assim eles gostam né, que eles se sentem participativo. O Movimento ele dá essa oportunidade, para o outro sentir né, ele fazer parte, por exemplo a escola, eles participam da sua organização, limpeza, então é bom.” (EDUCADOR 1, abril de 2018).

Nesta perspectiva, é notável o papel da escola, uma vez que ela deve fomentar os processos de auto-organização, permitindo aos educandos a participação efetiva, seja nas demandas da escola ou nas demandas da comunidade em que se encontram inseridos.

Outra educadora menciona que “As relações dos educandos com o Movimento se dá mediante as atividades, estudos e debates pela escola e também quando estes acompanham seus pais nas mobilizações.” (EDUCADOR 2, maio de 2018).

Pistrak (2018) na obra Fundamentos da Escola do Trabalho aborda a necessidade de constituir na escola coletivos infantis. Para isso ele afirma que a escola precisa se tornar o centro da vida infantil, perpassar o ato de ensinar, despertando, assim, a auto-organização.

[...] a escola deve transformar (sublimar) os interesses individuais, os sentimentos das crianças, em sociais, consolidando com eles o coletivo infantil. A necessidade do coletivo infantil deriva da necessidade fundamental de ensinar as crianças a atividade coletiva, a iniciativa própria e criar a responsabilidade pela sua atividade. O coletivo das crianças despertará para a vida sua auto-organização. (PISTRAK, 2018, p. 229).

Outro momento de auto-organização citado pelos educandos é o Conselho de Classe Participativo, ele é o momento de avaliação de todos os segmentos da escola, momento propício em que os educandos interferem no modo organizativo, tendo por finalidade avançar na proposta.

O Conselho de Classe Participativo é o espaço-tempo de efetivar o que chamamos de avaliação dialógica, de chamada para o compromisso com o estudo e a formação e não para obter nota. Ele é também, um espaço de divisão do poder da instituição escolar, avalia-se cada sujeito e cada instância da escola envolvida no processo educativo (PPP, 2009, p. 54).

Desta forma, quando questionados sobre os momentos de tomada de decisões disseram: “Sim tem o, sempre o Conselho de Classe que a gente conversa com os professores e fala o que podia ser melhorado na escola.” Em seguida explicou o que acontece no CCP, “Onde a gente avalia a escola, os professores avaliam a gente, a gente avalia um pouco de tudo na escola.” (ESTUDANTE 1, abril de 2018). Também mencionaram quem participa deste momento, sendo “Os professores, os pais e os educandos” (ESTUDANTE 2, abril de 2018), vale aqui mencionar a participação da Coordenação Pedagógica, que não foi identificada pelo entrevistado.

Os educandos do 2º e 3º ciclo falaram também como ocorre o CCP, apontando quem é avaliado, ficando explícito que são avaliados os educandos, os educadores, Coordenação pedagógica e cozinheira.

A gente escreve o que a gente faz, se a gente obedece os educadores, a gente participa das coisas. Avalia os professores também, pra gente ver se tem capacidade para ensinar. Nós avaliamos as cozinheiras, a coordenadora. (EDUCANDOS 2º e 3º ciclo, abril de 2018).

Os educandos do 1º e 2º ciclo mencionaram qual a finalidade do CCP, “Nós avalia, nós faz a nossa auto avaliação, avaliamos os professores, avaliamos quem trabalha na secretária. Para se tiver coisas ruins melhorar.” (EDUCANDOS 1º e 2º ciclo, 2018).

Nesta perspectiva, notamos o CCP permite que de fato aconteça avanços no que se refere a proposta da escola. Os professores não se envolvem no momento em que os educandos realizam a avaliação, exceto com os menores, em que os educandos precisam de alguém que relate. Mas, mesmo entre os menores, há uma autonomia neste momento, por isso é entendido pelos estudantes como um momento em que eles conseguem propor ideias quanto a gestão escolar, já que neste, é discutido coletivamente estratégias para avançar nos limites apresentados pela escola.

Segundo Pistrak, “Gradualmente, toda organização do trabalho, que não se refira ao ensino, é transferida para as mãos da crianças e parcialmente elas colaboram até na organização

do trabalho de ensino” (PISTRAK, 2018, p. 247). Questionamos os entrevistados qual era a contribuição da auto-organização no que se referia ao aprendizado dos educandos, neste aspecto, a comunidade apontou que auto-organização dos estudantes ajuda no ensino.

Contribui sim, porque eles ali eles aprendem né como que trabalha na terra, como que a gente faz uma ação sem baderna, é tudo bem organizado, eles gostam de trabalhar na horta da escola, aprende como colocar uma semente na terra, ver a germinação dela, ver como é a germinação acompanha tudo e gosta de fazer as limpeza e tudo e acompanhar nas atividade que temos, que eles sabem como chega lá, eles que sujou tem que ajudar a organizar, comeu tem que lavar seus pratos e assim por diante. (FAMILIA 1, abril de 2018).

Percebemos que a auto-organização permite a relação da escola com a vida, pois, relaciona a escola com a realidade dos educandos. Uma educadora mencionou que ter responsabilidade amplia os conhecimentos dos educandos e que a auto-organização potencializa o ensino e aprendizagem.

Acredito... Acredito sim que quando os educandos se auto organizam tem grande contribuição do rendimento e do aprendizado, pois, quando eles se sentem responsáveis em cumprir as tarefas como sujeitos envolvidos no processo é de grande importância. (EDUCADOR 2, maio de 2018).

Outra entrevistada diz que a auto-organização contribui na formação da consciência, tendo em vista a importância do conhecimento da vida dos sujeitos, veja o que diz:

Sim. A auto-organização deles ajuda sim no aprendizado. Eles se dedicam mais, é assim, como que funciona na escola, o aluno também tem que querer aprender, “aí eu não quero”, não tem como. A gente faz de tudo pra melhorar a sua aprendizagem, mas ele também tem que querer, ele tem que ter consciência, então sim, essa auto-organização ajuda com que ele tenha consciência e que ele se dedique mais a aprendizagem, ele sabe que aquilo vai ser importante a ele. (EDUCADOR 1, abril de 2018).

Portanto, de acordo com a comunidade e educadores a auto-organização tem um papel significativo na formação dos estudantes. Notamos que ela não ocorre puramente por acontecer, mas possui um viés pedagógico, uma intencionalidade. Deste modo, os educandos apontam quais foram os elementos apropriados pelos mesmos com essa forma organizativa.

Os educandos do 1º e 2º ciclo afirmaram que auto-organização contribui da seguinte forma: “Ajuda nós na organização dos trabalhos, na organização das salas. Cuidar da horta.” e também “Pra nós plantar a comida e não precisa ficar mais comprando. A gente aprende a lutar pelos nossos direitos, pela Reforma Agrária, pelos Sem Terrinhas.” (EDUCANDOS 1º E 2º CICLO, abril de 2018).

Segundo o 2º e 3º ciclo “Contribuiu pra gente ser um bom lutador na vida, nos ajuda a lidar com coisas difíceis. Ajudar as pessoas.” (EDUCANDOS 2º E 3º CICLO, abril de 2018).

Para os educandos do Ensino Médio a auto-organização possibilitou o contato maior com a terra e a vivência da mística⁷, bem como a organização dos estudantes na escola: “possibilitou diversas coisas, na parte física por exemplo, nos organizamos para embelezar a escola, plantar flores e deixar ela cada vez mais bonita. Aprendi a plantar as flores, a montar uma mística, como que é uma mística, assim.” (ESTUDANTE 2, abril de 2018). “Contribuiu bastante, que daí a gente meio que organiza as coisas assim, é bem mais fácil.” (ESTUDANTE 1, abril de 2018).

Defendemos que a auto-organização contribui na formação dos educandos, notamos nas falas dos entrevistados que há uma percepção do que apreendem a partir deste modo de organizar a escola, uma vez que estes espaços são uma organização política, portanto, “Estes espaços de organização política tem que ser vistos como possibilidades formativas dos estudantes, gerando desenvolvimento de sua auto-organização.” (MST, 2013, p. 24).

Partindo das informações obtidas cabe a nós a reflexão em torno da contribuição da auto-organização como um elemento que potencializa a gestão democrática no ambiente escolar. Percebemos que falta uma autonomia dos educandos no processo organizativo, bem como uma compreensão política de que ela altera a lógica da forma escolar, horizontalizando as relações e permitindo que a gestão escolar seja democrática.

É notável que um dos elementos que contribui na gestão escolar democrática é o Conselho de Classe Participativo, pois, dele demanda, uma organização autônoma dos estudantes, avaliação de todos os seguimentos da escola, a participação da comunidade escolar, gerando diálogos e tomada de decisões coletivas, sabemos que somente este espaço não garante uma gestão democrática, mas é o espaço em que os educandos mais se envolvem, daí decorre a importância deste espaço. Uma vez que,

Não desejamos apenas uma coparticipação ativa das massas na vida cotidiana normal, mas também na criação conjunta, na participação da rápida substituição das formas, relações, organização e adaptação a todas as novas condições. As massas trabalhadoras devem, utilizando a herança do passado, construir- e construir rapidamente o novo, inédito, o grandioso. (PISTRAK, 2018, p. 226)

Nesta perspectiva, observando o exposto nas entrevistas, defendemos que há uma necessidade de garantir os momentos de auto-organização dos educandos apresentados pelos entrevistados, pois os elementos apontados são relevantes, no entanto, ela precisa ser fortalecida e implementada de modo a democratizar a escola com o protagonismo dos educandos.

⁷ Vivenciar a mística é vivenciar a esperança, a garra e a luta do MST, é o momento em que os educandos se colocam na defesa do Movimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar a pesquisa trouxe presente a reflexão sobre o modelo escolar ao qual estamos inseridos, seja no contexto de luta, pautado pela concepção defendida pelo MST que tem por finalidade uma educação que defende um projeto de sociedade sem classes, ou na escola adotada pelo capitalismo, que as premissas são voltadas para a submissão de uma classe que produz a riqueza, mas dessa riqueza nada a pertence.

Salientamos portanto, que refletir sobre o modelo educativo, nos leva também a enxergar as contradições presentes na escola e na sociedade, é sabido que muitas relações que nela existem é fruto de vivências exteriores, vivências na sociedade em geral, resultado de uma divisão de classes.

Entendemos portanto, que o MST busca nesse sentido superar esta lógica de educação, embora encontre percalços pelo caminho e se encontre numa sociedade capitalista, que há muito oprime e coloca as margens os trabalhadores. Destacamos nesta pesquisa como a auto-organização contribui de modo a construir uma escola onde rompa com a naturalização da opressão e das relações de poder nelas existentes e como essa auto-organização dá ênfase em uma gestão democrática na escola.

Portanto, nos colocamos neste trabalho a pensar como a ocorre a auto-organização e como é entendida pelos estudante, buscando analisar as contribuições dessa forma organizativa na escola, compreendendo a forma como ela contribui na construção da gestão escolar democrática. Deste modo, nos colocamos a refletir sobre qual gestão nos referimos, bem como a qual auto-organização dos estudantes defendemos, pois é sabido e trazemos presente no debate da pesquisa que na sociedade há formas organizativas dos estudantes e também gestões que se colocam legalmente como democrática nas escolas públicas, no entanto, nem sempre correspondem aos interesses dos trabalhadores.

Nesse sentido, notamos que a auto-organização dos estudantes se faz necessário, tendo com o finalidade aproximar estes sujeitos com as lutas, de acordo com os depoimentos dos entrevistados os educandos tem uma aproximação com o Movimento Sem Terra, isso se dá também por estarem inseridos neste Movimento.

Defendemos uma educação que tenha como princípios a auto-organização e a gestão democrática, construindo uma educação que envolva todos os sujeitos, tendo em vista que esses constroem e são parte dela, com isso se inserem na luta. É com esse intuito e partindo de uma organização coletiva que constitui-se a Escola Itinerante.

Uma escola dos Sem Terras, imbuída na luta das famílias acampadas, ela caminha junta a essas famílias, segue os princípios organizativos do MST, que se organiza em Ciclos de Formação Humana com Complexos de Estudo o que possibilita novas relações no âmbito escolar. Com a Escola Itinerante Valmir Motta também há estes elementos.

Percebemos com este trabalho o quanto há limites em implementar a proposta, mas o quanto é necessária. O quanto o MST produziu em três décadas de existência, o que a Escola Itinerante Valmir Motta construiu em seus dez anos. É por se inserir nela como educanda e educadora que buscamos compreender essa forma organizativa, que tenta romper com as marcas históricas que desumanizam a humanidade.

A Escola Itinerante se vincula a luta pela terra, insere os educandos num processo autônomo de organização e esta organização possui um potencial quanto a gestão escolar democrática. Compreendemos que a auto-organização dos estudantes é o momento concreto de autonomia dos educandos, apontamos também o papel do educador neste momento, daí deriva o ensaio produzido por essa pesquisa.

O educando consegue a partir da auto-organização se entender como um ser ativo e não passivo, logo um ser social e desta forma passa a intervir no meio social ao qual vive. Ao dialogar com os educandos eles apresentam quais são as atividades desenvolvidos por eles por conta própria. No entanto, muito ainda há a ser construído, para que de fato compreendam-se como protagonistas de suas lutas.

Percebemos que falta uma compreensão mais profunda quanto o papel político por parte dos educandos, pois, com as entrevistas ficou evidente que a auto-organização ocorre com bastante timidez. Nesse sentido, evidenciamos que ela precisa ser potencializada, pois os educandos gostam de se envolver com as atividades dos Núcleos Setoriais, mas sentem dificuldade de tomar frente aos trabalhos desenvolvidos na escola.

Consideramos nesta perspectiva, que ainda ficam aspectos a serem estudados e aprofundados, abarcamos aqui uma experiência de uma escola específica, trazendo alguns elementos importantes para pensar a escola na atualidade. Neste sentido, sabemos que a auto-organização não resolvem todos os problemas da escola capitalista, tão pouco se coloca com essa intencionalidade. Portanto, ficam questões para serem refletidas, como aprofundar o trabalho com a auto-organização, tendo em vista a compreensão desta por todos os sujeitos da escola? De que modo os próprios educandos podem tomar frente nas atividades desenvolvidas na escola? Como os educadores podem contribuir na auto-organização dos estudantes de forma

a colocar os estudantes como protagonistas? Estas questões evidenciam que há estudos a serem realizados em torno da temática abordada neste trabalho.

Com a referida pesquisa percebemos que o Conselho de Classe Participativo é um dos elementos que mais democratiza a gestão escolar, pois, como os educandos mesmos afirmaram avaliar ajuda a superar os limites encontrados na escola e eles sentem que conseguem propor ideias, participando desta forma, das tomadas decisões.

O problema quanto a isso é que o Conselho de Classe Participativo na Escola Itinerante Valmir Motta ocorre somente ao final de cada semestre, por isso democratizar os demais espaços da escola tendo a autonomia dos estudantes é necessário para construir uma escola com gestão democrática. Salientamos a formação dos estudantes e dos educadores quanto a temática abordada para que potencialize tanto a auto-organização quanto a gestão escolar democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 4. ed. Campinas, SP, Autores associados, 2006.
- ARELARO, Lisete R. G. Gestão Educacional. In: CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012. p. 381 – 387.
- BAHNIUK, Caroline. **EDUCAÇÃO, TRABALHO E EMANCIPAÇÃO HUMANA: UM ESTUDO SOBRE AS ESCOLAS ITINERANTES DOS ACAMPAMENTOS DO MST**. 2008. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação, na linha Trabalho e Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Educação, Florianópolis, 2008.
- BAHNIUK, Caroline; CAMINI, Isabela. Escola Itinerante. In: CALDART, Roseli Salete. **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012, p. 331-336.
- CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento e Complexos de Estudo. In: CALDART, Roseli Salete; FREITAS, Luiz Carlos; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert (Org). **Caminhos para a transformação da escola 3 Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. SP, Expressão Popular, 2004.
- COLÉGIO ESTADUAL IRACI SALETE STROZAK. **Projeto Político Pedagógico**. Rio Bonito do Iguazu – PR, 2009.
- ESCOLA ITINERANTE VALMIR MOTTA DE OLIVEIRA. **Escola Itinerante Valmir Motta de Oliveira: uma construção coletiva**. Jacarezinho- PR, 2015.
- FARIAS, Alcione Nunes et al. Transformação da forma escolar e a formação de lutadores e construtores de uma nova sociedade. In: CALDART, Roseli Salete; FREITAS, Luiz Carlos; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert (Org). **Caminhos para a transformação da escola 3 Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2015.
- FARIAS, Maria Isabel; HAMMEL, Ana Cristina; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. Complexos de Estudo – do inventário ao Plano de Estudos. In: CALDART, Roseli Salete; FREITAS, Luiz Carlos; SAPELLI, Marlene Lucia Siebert (Org). **Caminhos para a transformação da escola 3 Organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo: ensaios sobre complexos de estudo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2015.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 43. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- FREITAS, Luiz Carlos. Avaliação: para além da “forma escolar”. **EDUCAÇÃO: Teoria e Prática**, v. 20, n. 35, p. 89-99, jul./dez. 2010.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento**. 2012

LEITE, Valter de Jesus. **Educação do campo e ensaios da escola do trabalho: a materialização do trabalho como princípio educativo na escola itinerante do MST Paraná.** 2017. 305 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-graduação em Educação, Cascavel, 2017.

MARTINS, Fernando José. Gestão Escolar Democrática e Educação do Campo. **RBPAE**, v. 28, n. 1, p. 112-128, jan./abr. 2012.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Dossiê MST escola documentos e estudos 1990-2001.** 1. ed. ITERRA, RS, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Educação no MST memória Documentos de 1987-2015.** 1. ed. São Paulo, 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Plano de Estudos.** 1. ed. Cascavel, PR, 2013.

PISTRAK, M. M. **A escola-comuna.** Tradução Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marenich. 2. ed. SP, Expressão Popular, 2013.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho.** Tradução Daniel Aarão Reis Filho. 4. ed. SP, Expressão Popular, 2005.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho.** Tradução Luiz Carlos de Freitas. 1. ed. SP, Expressão Popular, 2018.

SAPELLI, Marlene Lucia Siebert. **Escola do Campo – espaço de disputa e de contradição: análise da proposta pedagógica das escolas itinerantes do Paraná e do Colégio Imperatriz Dona Leopoldina.** 2013. 448 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Educação, Florianópolis, 2013.

SHULGIN, Viktor N. **Rumo ao politecnismo.** Tradução Alexey Lazarev e Luiz Carlos de Freitas. 1. ed. SP, Expressão Popular, 2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 123-140, dez. 2009.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 1. ed. Fundação Perseu Abramo, SP, 1999.